

## **GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Direitos Humanos**

Local: **Auditório**

Município:

Data: **21/5/2014**

Horário: **9 horas**

Folhas: **80**

Duração: **3h15min**

Presidente: **Deputado Durval Ângelo**

Deputados: **Deputado Rogério Correia**

Convidados: **Sra. Rosa Maria Cardoso da Cunha**  
**Procurador Ivan Cláudio Marx**  
**Procurador Edmundo Antônio Dias Netto Júnior**  
**Sr. Antônio Ribeiro Romanelli**  
**Sr. Betinho Duarte**  
**Sr. Milton Lima**  
**Sra. Heloísa Greco**  
**Sr. Aloísio Moraes Martins**  
**Sr. Antônio Luiz Bernardes**  
**Sr. Dídimo Miranda de Paiva**  
**Sra. Regina Maria Albino Andrade Almeida**  
**Sr. Mário Genival Tourinho**  
**Sr. Raimundo Cândido Júnior**  
**Sr. José Geraldo Dângelo**  
**Sr. Juarez Rocha Guimarães**  
**Sr. Márcio Kameoka**  
**Sr. Márcio Augusto Santiago**  
**Sr. Ângela Maria Pezzuti**  
**Sr. Rodrigo Célio de Castro**  
**Sr. Ernani Francisco Pereira**  
**Sra. Amanda Medeiros**

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária**  
**da 17ª Legislatura**

**21/5/2014 - 9 horas**

Pág. 2

O **presidente (deputado Durval Ângelo)** – Há número regimental. Declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Solicito aos deputados que registrem presença nos postos de habilitação.

Conforme permite o Regimento Interno, dou a ata da reunião anterior por aprovada.

Esta reunião destina-se a realizar audiência pública com a presença de convidados para debater os atentados terroristas cometidos por grupos paramilitares de extrema direita, incluindo o incêndio ocorrido nesta Casa, considerando-se como desdobramento do ciclo de debates Resistir Sempre, Ditadura Nunca Mais, além de apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão.

Encontram-se em poder da Mesa e à disposição dos deputados as seguintes correspondências: não publicadas - da Sra. Mirella Giovanetti Vieira, promotora de justiça da Comarca de Esmeraldas, informando que os fatos narrados pelo Sr. Agniná Canierã Luciano de Lima Farias na 4ª Reunião Ordinária desta comissão foram objeto de ação, conforme disposto; da Sra. Carolina Queiroz de Carvalho, promotora de justiça da Comarca de Ponte Nova, justificando sua ausência na 1ª reunião extraordinária desta comissão, realizada em 30/4/2014; do Sr. Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, juiz de direito da 1ª Vara Criminal, agradecendo a manifestação de aplauso recebida por ocasião da

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária**  
**da 17ª Legislatura**

**21/5/2014 - 9 horas**

Pág. 3

prolação de sentença do caso Pavesi, de Poços de Caldas; dos Srs. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, diretor-geral do IEF, e Danilo Vieira Júnior, secretário adjunto de Estado no exercício do cargo de secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações em resposta ao Ofício nº 59/2014; do Sr. Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, promotor de justiça, acusando o recebimento das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Participação Popular e informando que serão tomadas as providências cabíveis. Publicada em 23/4/2014 - da Sra. Andréa Cristina de Miranda Costa, juíza auxiliar da corregedoria do Poder Judiciário, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.269/2014. Publicadas em 8/5/2014 - do Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.835/2013; do Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.022/2013. Publicadas em 10/5/2014 - da Sra. Janaína de Andrade Dauro, promotora de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.328/2014; da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.092/2014, das Comissões de Direitos Humanos e de Transporte; do Sr. Guilherme Heringer de Carvalho Rocha, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.414/2014; do Sr. Humberto Lucchesi de Carvalho, presidente da Comissão de Articulação e Acesso ao CNJ da OAB-MG, manifestando o reconhecimento dessa entidade pela Código do documento: 1049601

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária**  
**da 17ª Legislatura**

**21/5/2014 - 9 horas**

Pág. 4

realização nesta Casa de audiência pública para debater a implementação da Lei de Acesso à Informação; do Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.823/2012; do Sr. Antônio Carneiro da Silva, juiz diretor do foro da justiça de 1ª instância, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.269/2014; do Sr. Leonardo Vieira Rocha Damasceno, juiz de direito da Comarca de Salinas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.299/2014; do Sr. Carlos Samuel Borges Cunha, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.665/2013; do Sr. Cícero Araújo, diretor de relações institucionais do Itaú Unibanco, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.330/2014 - acho que foi aquele pedido do Betinho Duarte sobre a agenda do Unibanco. Publicadas em 15/5/2014 - do Sr. Eduardo Dalbosco, coordenador da Assessoria Parlamentar e Federativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.571/2013; Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.563/2013; do Sr. José Pedro de Amengol Filho, diretor regional dos Correios, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.559/2014; do Sr. Marcello Barros de Oliveira, secretário nacional de segurança pública do Ministério da Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.288/2014. Publicadas em 17/5/2014 - da Sra. Gislane Testi Colet, promotora de justiça da Comarca de Betim, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.602/2014; do

Código do documento: 1049601

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária**  
**da 17ª Legislatura**

**21/5/2014 - 9 horas**

Pág. 5

Sr. Luiz Audebert Delage Filho, corregedor-geral de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.418/2014; do Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.494/2013; da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.848/2013. Esta presidência solicita à assessoria da comissão que tome as devidas providências quanto às correspondências recebidas.

Convido a tomar assento à Mesa os seguintes convidados: Márcio Kameoka, gerente para relações institucionais e com a sociedade civil, e Amanda Oliveira dos Reis, pesquisadora do grupo de trabalho sobre mortos e desaparecidos políticos, ambos representando Rosa Maria Cardoso da Cunha, membro da Comissão Nacional da Verdade, de Brasília; Ivan Cláudio Marx, procurador da República do Ministério Público Federal de Santa Maria, que informou que não virá; Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, procurador regional da República de direitos do cidadão do Ministério Público Federal em Minas Gerais; Alberto Betinho Duarte, membro da Comissão da Verdade em Minas Gerais; Regina Maria Albino Andrade Almeida, ex-esposa do advogado Geraldo Magela; Antônio Luiz Bernardes, jornalista e chefe da sucursal do extinto jornal *Movimento*; Mário Genival Tourinho, ex-deputado federal; Juarez Rocha Guimarães, ex-diretor da sucursal do jornal *Em Tempo*; Márcio Augusto Santiago, presidente da Comissão da Verdade e do Memorial da OAB-MG.

Código do documento: 1049601

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária**  
**da 17ª Legislatura**

**21/5/2014 - 9 horas**

Pág. 6

A Assembleia realizou recentemente um ciclo de debates sobre os 50 anos do golpe militar, intitulado Resistir Sempre, Ditadura Nunca Mais. As entidades representantes do comitê de preparação desse evento solicitaram a realização mensal de um debate relativo ao golpe. Em abril, discutimos o golpe militar e a questão indígena, que foi muito interessante. Representantes de várias nações indígenas, inclusive de outros Estados, estiveram presentes. Encaminhamos as notas taquigráficas e todo o resultado dessa audiência à Comissão Nacional da Verdade. Tivemos um momento muito forte e significativo, vimos o olhar de pesquisadores de universidade e de índios sobre a existência dos dois estabelecimentos penais onde os indígenas ficavam presos em Minas Gerais. Foi mostrada toda a repressão sofrida pelas nações indígenas, como a dos maxacalis, crenaques e xacriabás. Essa é uma página não contada na história do golpe. O Relatório Figueiredo foi apresentado. O nome do pesquisador que esteve aqui é Marcelo Zelic - ele fez uma exposição muito interessante. A reunião foi bastante significativa. Como já temos um calendário, todos os meses voltaremos a discutir o golpe militar.

Hoje, falaremos sobre os atentados terroristas ocorridos em Belo Horizonte. Tivemos líderes sindicais do movimento de esquerda que sofreram atentados com bomba, ameaças de morte. A D. Helena Greco foi um exemplo claro disso, assim como os sindicalistas João Paulo Pires de Vasconcelos e Célio de Castro. Também houve atentados, fruto da Operação Cristal - explosão de bancas que vendiam jornais de esquerda. Tudo isso foi coroado no

Código do documento: 1049601

momento em que a Assembleia discutia a violência policial no Estado, a repressão, as salas de tortura. Também eram realizadas CPIs tratando desse assunto. Na ocasião, eu já era parlamentar aqui. Além de tudo isso, foi provocado um incêndio aqui na Assembleia Legislativa, e vários gabinetes foram queimados. A ala do 2º andar, que ficava à esquerda, sofreu esse atentado. Na época, o próprio secretário admitiu que isso ocorreu em função da ação da Assembleia - e isso passados 17, 18 anos. É interessante que ele tenha declarado na imprensa que o governo já tinha o nome dos responsáveis pelos atentados na Assembleia e no Cine Nazaré, mas até hoje os inquéritos não foram concluídos. Achamos importante recontar essa história para provocar ainda a apuração e a possível punição dos envolvidos, principalmente para que essa história não se repita.

Inicialmente, passamos a palavra ao Betinho, que é da comissão organizadora do fórum dos 50 anos do golpe e foi ator, viveu nesse período todo. Antes, convido a compor a mesa a companheira Heloísa Greco, a Bizoca, do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania. Com a palavra, o Betinho.

**O Sr. Betinho Duarte** - Bom dia a todos. Deputado Durval Ângelo, agradeço por mais esta audiência pública. Já realizamos audiência para tratar do massacre dos índios, que foi excelente. As notas taquigráficas foram enviadas à Comissão Nacional da Verdade.

Quero deixar bem claro que esta reunião é histórica.

Existe uma possibilidade real de os atentados terroristas  
Código do documento: 1049601

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária**  
**da 17ª Legislatura**

**21/5/2014 - 9 horas**

Pág. 8

constarem no relatório final. Já conversamos com a Dra. Rosa Cardoso e com o Pedro Dallari. Tudo o que vocês puderem falar, todas as documentações apresentadas são importantes. Como participo da Comissão Nacional da Verdade, ouvirei vocês e, ao final, farei algumas considerações. Esta reunião é praticamente das vítimas. Belo Horizonte foi a Capital dos atentados terroristas cometidos principalmente pelo Comando de Caça aos Comunistas - CCC -, o Grupo Anticomunista - GAC -, o Movimento Anticomunista - MAC - e os esquadrões da morte que existiam em Minas Gerais, como o Cravo Vermelho, o Bombril e o Reação.

Ontem, visitei a exposição do Herzog no Centro Cultural Banco do Brasil - sugiro a vocês que a visitem também -, onde há exposição sobre grupos paramilitares de extrema direita que cometeram atentados terroristas no Brasil.

Agradeço a V. Exa. mais uma vez, Durval. Vamos ouvir as vítimas. Insisto mais uma vez: esta reunião é histórica.

Tenho certeza absoluta de que tudo ou parte do que vocês falarem aqui vai constar no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. O Márcio está aqui representando a Dra. Rosa, que não pôde vir. Durval Ângelo, gostaria que, como sempre, depois você remetesse as notas taquigráficas, a filmagem e a gravação para a Comissão Nacional da Verdade, porque considero esse relatório altamente significativo em termos de resgate da memória, da verdade.

Um dia faremos justiça. Mais cedo ou mais tarde todos esses terroristas serão punidos. Isso é justiça, e queremos

Código do documento: 1049601



justiça. Queremos que os torturadores sejam denunciados, até porque quem cometeu esses atentados é torturador também, mesmo depois de 1995, quando vários atentados terroristas foram cometidos aqui em Belo Horizonte pelo grupo Criação. Eles vieram, são terroristas, torturadores. Aliás, o Genival Tourinho, no Congresso Nacional, como esse deputado federal, fez várias denúncias graves, inclusive contra o Afonso Araújo Paulino. Então, Genival, gostaria que você hoje voltasse a falar sobre essa máfia que existia - e para mim existe - em Minas Gerais, sobre o CCC, porque, na verdade, temos de apurar isso e levar esses terroristas e torturadores às barras dos tribunais.

Muito obrigado, deputado Durval Ângelo. Vamos ouvir agora as vítimas e as testemunhas que temos aqui.

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Vamos dar 10 minutos para cada intervenção. Então, como o Betinho já disse, teremos as notas taquigráficas desta reunião que está sendo filmada e, no final de semana, será passada pela TV Assembleia para a TV por assinatura, no canal 11, em canal aberto para todo o Estado e também terá transmissão via internet.

Agora, passarei a palavra à OAB, porque ela fez parte do comitê de preparação do seminário dos 50 anos do golpe. Com a palavra, Márcio Santiago, presidente da Comissão da Verdade da OAB Minas Gerais.

**O Sr....** - Ele não está aqui, não chegou ainda.

**O presidente** - O Márcio não está aqui? Falaram-me que ele havia chegado. Tudo bem. Com a palavra, Juarez Rocha Guimarães, ex-diretor da sucursal do jornal *Em Tempo*.

**O Sr. Juarez Rocha Guimarães** - Gostaria de agradecer o convite. Penso como o Betinho que este é um momento histórico de recordar, um momento fundamental da luta pela democracia no País. Belo Horizonte se tornou, naquela época, capital dos atentados dos terroristas. Quero agradecer ao deputado Durval Ângelo. O que farei é basicamente rememorar os fatos principais que atingiram o nosso jornal *Em Tempo*, que havia publicado uma denúncia elaborada pelos presos políticos com o nome dos torturadores brasileiros. A partir daí, ocorreu uma série de atentados, de ameaças que envolveram... (- É interrompido.)

**O presidente** - Pessoal, um momento. Podem colocar cartazes e faixas, pois o espaço da comissão aqui é livre. Fiquem à vontade, mas façam isso em silêncio para não interromper os oradores.

**O Sr. Juarez Rocha Guimarães** - Então, esses atentados terroristas envolveram ameaças aos trabalhadores de bancas de jornais que vendiam os jornais da imprensa alternativa. Envolveram vários ataques a sucursais do jornal em Curitiba e em Belo Horizonte. Houve ameaça a membros do jornal.

No dia 28/7/1978 ocorreu o primeiro atentado à sucursal do jornal *Em Tempo* em Belo Horizonte. Pela madrugada, aproximadamente 1 hora da manhã - segundo relato posterior dos vizinhos -, teria ocorrido esse atentado. A porta central foi

Código do documento: 1049601

arrombada - eram três portas de entrada. Praticamente todas as paredes, além de algumas cadeiras e mesas, foram pichadas com spray vermelho e preto, com vários dizeres: "MAC + GAC", "A volta será pior", "Entrei de solo e volto", etc. Foram roubados máquinas e documentos diversos, mimeógrafo, uma calculadora eletrônica e papéis diversos.

No próprio dia do atentado, por volta das 10 horas, dois soldados da Polícia Militar, dizendo terem recebido ordens, compareceram à sucursal. Como não havia sido chamada a polícia até aquele momento e eles não quiseram se identificar e nem identificar quem dera aquela ordem, foram por nós dispensados. Mais ou menos uma hora depois, uma outra pessoa, dizendo que era da Polícia Federal, procurou a sucursal e também recusou identificar-se. Não foram respondidas as suas perguntas. A pessoa saiu da sucursal em um opala preto, chapa branca, placa DF 1324, Belo Horizonte, Minas Gerais. Mais ou menos duas horas após, chegou outra pessoa que se dizia do Serviço de Informação do Exército e apresentou carteira com nome de Eustáquio Ferreira, sargento. Disse estar ali em nome do coronel e que o governo não tinha nenhuma responsabilidade pelo atentado, principalmente nesse período da abertura política e às vésperas das eleições. Informou haver estado na Polícia Federal e que essa de nada sabia. Perguntou o que havia sido roubado e os dizeres da pichação - do que foi informado. Referindo-se a um atentado ocorrido meses antes no diretório acadêmico de medicina da UFMG, insinuou que haviam sido os estudantes os autores, buscando publicidades. Segundo ele,

Código do documento: 1049601

tal informação fora prestada por informante de seu serviço na própria faculdade. Insinuou também que podia ser coisa de ex-agente ou do que vocês, jornalistas, chamam repressão, fazendo questão de ressaltar, no entanto, que não havia nenhuma orientação oficial nesse sentido. No dia 4 de agosto do mesmo ano, foi pedida a abertura de inquérito na Polícia Civil e na Polícia Federal. Nenhuma providência foi por elas tomada até agora, ao que consta.

Foi, então, que ocorreu o segundo atentado ainda mais violento a nossa sucursal, no dia 18/8/1978. Nesse dia, a sucursal sofreu um novo atentado. Dessa vez bem mais violento. Segundo informações posteriores dos vizinhos, entre 2h45min e 3 horas da madrugada, a sucursal foi invadida. Colocaram uma bomba sob ou sobre a mesa da sala de redação que, ao explodir, destruiu a própria mesa, uma máquina de escrever, os vidros da janela, a persiana, a luminária e perfurou o teto e todas as paredes laterais, além de danificar papéis e documentos ali existentes. Todas as portas de todas as dependências foram danificadas, ao que parece com outro instrumento. Umas mais outras menos, sendo que duas ficaram completamente destruídas. Uma janela que dá para entrada da sucursal também foi arrombada. Um veículo estacionado em frente teve seu vidro lateral traseiro danificado. Foram roubados vários documentos. Um dos vizinhos chamou a radiopatrulha por volta das 3 horas. A polícia esteve no local desde essa hora, até aproximadamente 9 horas, sem a presença de qualquer uma das pessoas da sucursal. Aliás, a primeira empregada da sucursal a chegar no local foi impedida de entrar, e os policiais se negaram

Código do documento: 1049601

a dizer o que a perícia estava levando - saíram portando vários embrulhos.

Foram procurados o Dops e a Polícia Federal. Ambos responderam que de nada sabiam, sendo que o delegado da Polícia Federal, Wilson Ramalho, afirmou que não realizava nem realizaria perícia por não ter equipamento para tanto. Pouco tempo depois disso, no entanto, compareceram à sucursal dois agentes da Polícia Federal: o Sr. José Osmar e o Sr. Taveira, que fizeram várias perguntas e anotaram nome e endereço de três pessoas da sucursal. Disseram que não sabiam para que fim seriam utilizadas as informações ali colhidas. Foi procurada a Polícia Militar, e o Cap. Gladstone informou que a Polícia Militar estivera no local, guardando-a até por volta das 9 horas, e que a perícia fora feita pelo Instituto de Criminalística.

No instituto o perito confirmou a informação, dizendo que eles apenas haviam levado estilhaços da bomba e que o laudo estaria pronto em 30 dias. No dia 22 de agosto do mesmo ano foi encaminhado ao Exmo. Sr. secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais uma representação solicitando abertura de inquérito pelo órgão policial competente. Na mesma data, também foi encaminhado ao Exmo. Sr. procurador-geral do Estado pedido de nomeação de promotor para acompanhar o inquérito. Em 29/8/1978, pelo Ofício nº 421/78, de 25/8/78, o Exmo. Sr. procurador-geral do Estado comunicou à sucursal a nomeação do promotor para atuar no inquérito. No dia 6/9/1978, o Instituto de Criminalística forneceu cópia do laudo pericial referente ao atentado à bomba.  
Código do documento: 1049601

Desde o último atentado há policiamento na sucursal nos seguintes horários: das 23 horas às 9 horas; das 17 horas do sábado às 9 horas da segunda-feira, conforme pedido da sucursal e deferimento do comandante de policiamento da capital. A sucursal do *Em Tempo* teve um prejuízo calculado em valores, da época, de Cr\$200.000,00. Houve, então, o terceiro atentado, mais violento ainda, à sede do jornal *Em Tempo*, à subsede da sucursal do jornal *Em Tempo* em Belo Horizonte, no dia 8/7/1979.

Na madrugada de domingo do dia 8/7/1979, a sucursal do jornal *Em Tempo* sofreu o terceiro atentado em menos de um ano. Dessa vez os terroristas usaram, ao que parece, chave falsa, uma vez que não se constatou nenhum sinal de arrombamento na porta central, que foi encontrada apenas cerrada na manhã de domingo. Eu mesmo havia passado no jornal no domingo de manhã para pegar um gravador para fazer uma reportagem sobre o Movimento Curta Vida.

Em todas as dependências da sucursal os criminosos derramaram ácido em grandes quantidades no chão, nas cadeiras, mesas e demais utensílios, papéis e documentos, em todas as máquinas de escrever, em um aparelho de telefax, em todos os arquivos e até em um cofre que pertencia à proprietária do imóvel, que o havia deixado lá por ser muito pesado. Os terroristas chegaram a requintes de barbárie, destruindo com ácido coleções da revista *Veja* e livros de consulta do nosso arquivo e pesquisa. Um químico, por nós consultado sobre os efeitos do ácido, calculou entre 10 a 15 litros o total utilizado na sucursal. Para evitar o risco de continuidade dos efeitos do ácido e de sua ação tóxica

Código do documento: 1049601

sobre as pessoas, tivemos de lavar toda a sucursal - pisos, paredes e utensílios com água -, numa proporção de 3 litros por 1 litro de ácido.

As providências tomadas imediatamente após a constatação do atentado no domingo, por volta das 10 horas: comunicamos o ocorrido a toda imprensa e solicitamos a presença da Polícia Técnica, que vistoriou o local e recolheu materiais para a feitura do laudo. Esta foi a matéria do jornal que saiu em seguida ao atentado: "Os terroristas desafiam Figueiredo". O general Figueiredo, então, ditador do País, fez um pronunciamento oficial dizendo que não era de responsabilidade de seu governo o atentado. Houve pronunciamento de personalidades do País inteiro em defesa do nosso jornal, entre eles o Barbosa Lima Sobrinho, Oscar Niemeyer, bispos. Continuamos a noticiar. Dessa vez, com uma edição especial "O terror da direita continua impune", mostrando que, mesmo após o processo de instauração de inquérito, nada havia sido descoberto. Fizemos, então, diariamente nas escadarias da Igreja de São José, uma vigília de 11 às 13 horas, com a finalidade de denunciar esses acontecimentos.

No ano seguinte, em 1980, ocorreu um novo episódio na sequência desses atentados.

Soubemos, por informação do jornal *O Pasquim*, que havia ocorrido um telefonema à secretária do referido jornal no Rio de Janeiro, ameaçando de morte três pessoas em Minas Gerais: a companheira Helena Greco, que era a grande líder da luta pelos direitos humanos e que sofria e sofreu muitos atentados e ameaças

Código do documento: 1049601

nesse período; o deputado Genival Tourinho, que vinha denunciando os torturadores no Congresso Nacional; e eu, que havia dado uma entrevista sobre os atentados e participado do esforço de instalação de uma CPI sobre o terrorismo em Minas Gerais nesta Assembleia Legislativa. Lembro, aliás, que, durante o meu depoimento aqui, as luzes da Assembleia de repente se apagaram e todos saíram correndo com medo de haver uma explosão de bomba. Depois os trabalhos foram retomados. Então esse era o clima da época, de total insegurança.

Levamos uma reivindicação ao então governador do Estado à época, Francelino Pereira, o dossiê com todos os atentados cometidos no Estado e a impunidade daqueles que haviam praticado esses atos. Essa impunidade continua até hoje. Em nome disso, da justiça, da criminalização, da responsabilização desses terroristas, estamos aqui hoje colaborando com a Comissão da verdade. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Obrigado, Juarez.

Com a palavra, o Sr. Aloísio Morais Martins, fundador do jornal *De Fato*.

Está presente conosco aqui o deputado Rogério Correia.

**O Sr. Aloísio Morais Martins** - Bom dia a todos. Queria inicialmente pedir licença, já que o Betinho falou para esgotarmos aqui todas as denúncias possíveis. Queria mostrar, pela primeira vez, e também registrar aqui, o caso de uma revista que fazíamos em 1972, 1973, a *Circus*. Éramos um grupo de estudantes - eu  
Código do documento: 1049601



estudava jornalismo na época -, um grupo de estudantes e também de não estudantes, preocupados em fazer alguma coisa, então criamos, em Belo Horizonte, o jornal *Vapor*, rodado na gráfica do DCE. Depois criamos a revista *Circus*. Eram publicações, de certa forma, até ingênuas, mas, à medida que foram gerando alguma repercussão, sentimos a presença de pessoas estranhas que apareciam na redação. A revista *Circus* teve alguma repercussão quando publicamos uma matéria sobre a TFP e outra sobre o Antônio Luciano, falecido empresário aqui, em Belo Horizonte, e bem conhecido. Como não tínhamos onde colocar o endereço da revista, pois a nossa redação era numa sala do DCE, usávamos o endereço de meus pais. Então, num belo dia, a Polícia Federal foi até a casa de meus pais. Estavam lá uma irmã e uma prima. A Polícia Federal invadiu a casa com a ordem de apreender a revista. Foram recolhidos alguns exemplares, tanto da revista *Circus* quando do jornal *Vapor*. Como se tratava de revista, na época - não sei se ainda está em vigor - havia uma regulamentação de que, se houvesse dois grampos, virava revista. O *Vapor*, um pouco maior, caracterizava-se como revista e, como tal, deveria ter um registro na Polícia Federal e passar por censura. Então tivemos de buscar o registro da revista na Polícia Federal. Como já tínhamos um exemplar pronto e não distribuído, ele passou por censura. Isso é uma coisa inédita, porque não existe. O *Movimento*, o *Pasquim*, o *Opinião* eram censurados antes. Aqui a ditadura deixou a marca dela praticamente em todas as páginas, porque, da capa até a contracapa, há o carimbo de corte, "censurado", da Polícia Federal. Então isso aqui é uma peça

Código do documento: 1049601

valiosíssima onde a ditadura deixou sua marca. Era o maior absurdo, pois não tinha nada a ver, mas mesmo assim colocaram o carimbo "censurado".

Logicamente um exemplar pagava o outro. Vendíamos uma edição para fazer a outra. Depois disso, então, a revista morreu. O *Vapor* era esse que estou mostrando, nós o rodávamos no DCE. Acabaram morrendo as duas publicações depois desse episódio dos carimbos da censura.

Essa experiência, no entanto, veio ajudar, contribuir com a criação. Isso foi em 1973. Em 1975, havia em Belo Horizonte o chamado *Jornal de Minas*. Naquela ocasião, o dono era o Afonso de Araújo Paulino, que era um homem ligado à repressão e à direita. Mas, ele deu um caráter liberal para o jornal e deixava-nos abordar certos assuntos que o *Estado de Minas* e o *Diário da Tarde* não deixava. Então, ele acabou atraindo um grupo interessante de jornalistas para lá. No entanto, em outubro de 1975, o episódio do assassinato do Vladimir Herzog, em São Paulo, no DOI-Codi, acabou gerando a criação do jornal *De Fato*.

Salvo engano, no dia seguinte ao assassinato ou no posterior - não me lembro bem - o *Jornal de Minas* soltou um editorial, que ocupava toda a primeira página e defendia a ideia de luta interna de poder dentro do regime, defendendo a ala mais radical do governo da ditadura. Isso criou um constrangimento muito grande entre os jornalistas que trabalhavam lá e o jornal mostrou a sua cara e a quem estava servindo. Então, vários jornalistas que puderam sair de imediato, abandonaram-no, pediram

Código do documento: 1049601

as contas. Outros foram saindo aos poucos, gerando no grupo uma vontade, uma necessidade de criar um jornal novo, para contar certas verdades, certas questões que não eram abordadas pela grande imprensa.

Fizemos uma série de reuniões, em que cada um contribuiu com o que pode e levantamos dinheiro suficiente para fazer a primeira edição. O jornal funcionava sob a forma de cooperação, com a colaboração de todos e era aberto para quem quisesse participar. Assim, passaram-se mais de 100 pessoas. Ele funcionava na Avenida do Contorno, 2.399, no Floresta, perto do Frigorífico Perrella, perto de uma favela.

O jornal teve 28 edições e era mensal. Às vezes não saía mensalmente, mas a ideia era essa. O jornal funcionou de janeiro de 1976 a setembro de 1978 e, logicamente, passou por diversas fases. A partir da 20ª edição, várias pessoas passaram por lá, para levar suas contribuições e, assim, acabou reunindo um grupo interessante de pessoas que abordavam a realidade da época: a anistia, os atentados, os presos políticos - o jornal tratou muito disso nas suas últimas edições - e as eleições de 1978.

A partir de determinado momento, o jornal começou a atrair a atenção da repressão. Ele funcionava numa moradia, perto de um barracão, nos fundos desse endereço, da Avenida Contorno. Então, era preciso percorrer um corredor para chegar ao fundo. Inicialmente, eu morava naquele local com a minha mulher, antes de nos separar, e havia outras casas com outras famílias lá.

Convivíamos sempre com os sinais da repressão e do terror, porque  
Código do documento: 1049601

recebíamos muitos telefonemas de madrugada. Era um tal de telefone chamar de madrugada e quando íamos atender não falavam nada ou desligavam. Sentíamos que estavam nos nossos pés. Às vezes, chegávamos de madrugada e víamos um grupo de homens perto da casa, o que não era comum.

Como dormíamos lá, ficava mais difícil invadirem o jornal. Mas, na madrugada do dia 2 de setembro de 1978, eu e o Fernando Assunção, que morava comigo, dormimos fora de casa. Certamente, estávamos sendo monitorados, pois viram que não havia ninguém no local. Então, invadiram a sede do jornal, arrobaram o cadeado do portão que dava para a rua e depois arrombaram a porta de entrada da redação. O curioso é que quem fez isso sabia bem como era o local, pois arrobaram a porta certa da redação, porque havia outra que era mais usada. Arrombaram essa porta também, levaram o telefone, a agenda e outros materiais que usávamos e deixaram uma garrafa com um líquido e um pavio, dando a entender que havia a intenção de pôr fogo no local, de provocar um incêndio, e havia um material plástico de cor verde em cima dessa mesa, próximo à garrafa. Só fomos deparar com esse problema na manhã do sábado, quando retornamos e vimos o arrombamento. A perícia apareceu, levou o material e tudo acabou ficando por isso mesmo.

**O Sr. ...** - (- Fala fora do microfone.) Não foi aberto o inquérito?

**O Sr. Aloísio Moraes Martins** - Registramos a ocorrência, a perícia esteve lá, mas não houve nenhuma consequência, ficou  
Código do documento: 1049601

tudo por isso mesmo. O que tinha para relatar era isso. (-  
Intervenção fora do microfone.) Não, eles não picharam nada,  
inclusive porque lá havia uma dificuldade: o dono do imóvel morava  
na casa da frente. Eles tiveram de fazer a coisa com uma certa  
sutileza para não chamar a atenção.

No mais, quero dizer para quem tiver curiosidade de  
conhecer o *De Fato* que hoje ele está digitalizado. A UNA  
digitalizou toda a coleção, que pode ser acessada na internet,  
buscando extensão.una.br. Toda a coleção está disponível. Tratamos  
no jornal de várias questões ligadas à cidade e trouxemos o listão  
dos torturadores mineiros. E foi lá a primeira vez em que foi  
mostrada a lista dos torturadores políticos e a questão dos presos  
políticos.

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - O Jorge  
Defensor, de Lindéia, foi um caso muito clássico.

**O Sr. Aloísio Moraes Martins** - O Jorge Defensor foi  
vítima de uma tortura horrorosa. A chamada grande imprensa também  
abordou o caso e procuramos nos aprofundar. Esse operário foi  
torturado porque teria furtado um radinho de pilha. Abordamos  
também a questão da anistia e dos exilados, numa edição especial.

**O presidente** - Houve o caso da Carmela Pezzuti também.

**O Sr. Aloísio Moraes Martins** - Essa foi uma edição  
histórica porque abordou os vários aspectos da necessidade da  
anistia e a questão dos presos políticos, principalmente os  
mineiros: Zé Maria Rabelo, Apolo, Sinval Bambirra e Carmela  
Pezzuti.

**O presidente** - Ainda cantaremos a canção no final.

**O Sr. Aloísio Morais Martins** - A luta das mulheres na anistia, D. Helena Greco. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

**O presidente** - Obrigado, Aloísio. Com a palavra, Antônio Luiz Bernardes, jornalista e chefe da sucursal do extinto jornal *Movimento*.

**O Sr. Antônio Luiz Bernardes** - Bom dia a todos. Vou falar sobre duas coisas: os atos em que fui vítima e o trabalho que fiz junto à CPI, porque a assessorei e elaborei o relatório final da primeira - essa parte é a mais interessante.

O Betinho está dizendo que tem o xerox dos depoimentos e o relatório da CPI, que constitui uma fonte interessante de informações para apuração dos atentados daqui e do resto do País. Os atentados em que estive pessoalmente envolvido ocorreram através de uma série de ameaças, por carta ou por telefone à sucursal do jornal *Movimento*.

Mas, especificamente, na campanha das diretas, eu e minha família recebemos cartas do CCC, contendo ameaças. É interessante porque essas cartas têm uma certa lógica. Por exemplo, essa carta que trouxe aqui foi datada de 6 de junho de 1984. Ela tenta causar uma sensação de insegurança e vem acompanhada de uma cópia do jornal *A Classe Operária*, que era o jornal do PCdoB.

Diz mais ou menos assim: "Sabemos tudo o que você faz, e este jornal é a prova de que estamos infiltrados na organização em  
Código do documento: 1049601

que você está". Depois, eles fazem ameaças de natureza pessoal, tentando gerar um clima de aterrorização. Eles ameaçam a minha mulher, citam-na nominalmente, e inclusive ameaçaram sequestrar o meu filho, que na época tinha 4 ou 5 anos. O meu filho estudava no Balão Vermelho, na Rua da Bahia, e isso me obrigou a montar um esquema de proteção para que a escola só entregasse o menino a mim ou a minha mulher.

No mais, uma coisa comum a todas são as baixarias. Não vou ler, mas isso está presente em outros. A Bizoca acabou de mostrar as cartas que a mãe dela recebeu - a D. Helena Greco era uma senhora em idade avançada - com imagens e linguajares pornográficos e de baixo calão. São coisas do tipo: "Você, nariz de jaca, continua com o cu na salmoura, pois, seu comunista filho da puta, a enrabada vai ser dolorosa". Coisas desse gênero. Essas coisas que são feitas claramente.

E na época em que recebi essa carta especificamente - na época da campanha pelas diretas, cuja votação foi logo em seguida -, eles invadiram o prédio onde eu morava, em uma postura clara de intimidação pela atividade política que eu exercia, ou seja, o meu trabalho como jornalista. Fui preso duas vezes durante o regime militar, junto com o Cléber, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, e assim que saí da cadeia entrei no que eu considero uma das duas principais publicações de oposição ao regime militar: os jornais *Opinião* e *Movimento*. Eu participava da luta pela anistia, das lutas em geral, e um dia fui ligar o carro pela manhã, mas ele não funcionava. Dou-me por satisfeito por não

Código do documento: 1049601

ter sido uma bomba, e depois eu soube que eles tinham tirado o parafuso do cárter, tirado o óleo e enchido de estopa. Recebi a carta e no mesmo dia eles entraram no prédio, tiveram o trabalho de esvaziar o cárter e encher de estopa, em uma alusão clara de que, se quisessem, fariam um atentado, matando-me com a maior tranquilidade.

Não penso que esses fatos sejam relevantes em vista de outros. Posso falar da minha experiência em acompanhar essa CPI, que nasceu de um abaixo-assinado de vítimas, dirigido à Assembleia na pessoa do deputado Ademir Lucas, que acabou se tornando relator. Ela foi presidida pelo deputado Milton Lima, e contou com uma participação decisiva do Dalto Canabrava. Essa CPI era uma coisa inédita no País naquele momento, conseguir criar uma iniciativa de investigação parlamentar de um assunto desse, era muito difícil no Congresso Nacional ou em uma assembleia legislativa instaurar um processo investigatório sobre esse tipo de coisa debaixo da ditadura militar.

Essa CPI teve vida curta, foi instaurada, avalio, em uma bobeadada do partido do governo, cujo governador era Francelino Pereira, e teve uma importância grande. Mesmo tendo durado pouco tempo, consegui realizar nove sessões - esses dados estão no relatório -, consegui ouvir cerca de 10 pessoas, e havia mais 15 convocadas no momento em que ela foi empastelada pela ação dirigida pelo deputado Emílio Gallo, que era o líder do governo, do antigo PDS, da Arena. Essa CPI tinha a pretensão de ouvir mais gente e levantou muitas pistas. O importante é que ela primeiro

Código do documento: 1049601



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária**  
**da 17ª Legislatura**

21/5/2014 - 9 horas

Pág. 25

ouviu vítimas, de cara, ouviu o Juarez - o jornal *Em Tempo* foi uma vítima privilegiada dos atentados -, a D. Helena Greco, o deputado Genival Tourinho, o João Paulo Pires, que foi o primeiro a ser ouvido, o Magela. Tenho a lista dos 10 que foram ouvidos, e poderia nomeá-los, mas como está no relatório é desnecessário.

O interessante é que a CPI foi empastelada em um momento específico que atingiu. Inclusive, no dia do empastelamento, ocorreu o que o Juarez falou, foi tudo desligado, não havia segurança legislativa, taquígrafos, nada. A luz apagou e houve uma confusão generalizada no dia em que eles empastelaram a CPI. Nesse dia iria ser ouvido o ex-chefe do Cenimar em Belo Horizonte, Nelson Sarmiento, que dias antes havia dado uma entrevista ao jornal *Em Tempo*, e estava, assim como o Paulo Malhães, recentemente assassinado, disposto a falar. Ele vinha à CPI para abrir o bico. E o Antônio Ribeiro, perito da Polícia Civil de Minas, também iria depor. Na época, por informação do próprio Nelson Sarmiento - informação que não tenho como confirmar -, as bombas eram feitas pelo Antônio Ribeiro.

Portanto, no momento em que a CPI foi ouvir aqueles que, por terem pertencido aos órgãos de segurança desde antes de 1964, ou aqueles que sabidamente eram suspeitos de estarem por trás dos atentados, ela foi empastelada. E ela tem uma importância grande também, na minha maneira de ver. O Sarmiento era uma figura conhecida. Quem, antes de 1964, como eu, e depois, durante a resistência ao regime militar, fazia oposição ao regime, sabe quem era Nelson Sarmiento. Ele era uma figura temida inclusive pela fama

Código do documento: 1049601

de eficácia na sua ação de repressão. Esse cara estava disposto a contar, e deu essa entrevista que o Betinho está mostrando, denunciando. Ele veio para essa CPI disposto a abrir o verbo. E tinha a dificuldade de uma figura como o perito Antônio Ribeiro se explicar - ele, que era um perito em armamentos e artefatos de explosivos. Ela foi empastelada exatamente porque começou a pegar o chamado fio da meada. Existia uma expressão, se não me engano, do Francelino Pereira ou do Figueiredo - não me lembro - em que falava que não era possível, entre tantos fatos, não se descobrir o fio da meada. Então, a CPI estava pegando o fio da meada. Nesse dia, por sinal, o Aloísio iria depor também, e não pode.

Ela tem também um caráter interessante porque faz uma espécie de apanhado do que foram os atentados e apontam algumas conclusões, que são ricas, inclusive, para uma eventual investigação do que aconteceu e apuração de responsabilidades. Na altura em que terminou, ela já tinha levantado cerca de 40 atentados em Minas, que correspondia a 1/3 dos atentados ocorridos no País. Daí a CPI concluir que Minas era a capital do terror, porque 1/3 dos atentados ocorridos no Brasil - até onde havia sido apurado, porque não tinham acabado de apurar - foi em Minas. Ela fez um exercício de entender isso.

Esse relatório tem a seguinte estrutura: uma introdução, onde se fala da criação da CPI, a origem e o objetivo. O objetivo era investigar se o governo estadual estava sendo omisso ou não. Era uma artimanha, porque para saber isso investigava os atentados. Depois ele fala das características comuns, os

Código do documento: 1049601

atentados vistos no seu conjunto. Certas características desses atentados são importantes de ser observadas, já que muitas vezes o próprio governo e a mídia ligada à ditadura tentava caracterizar isso como ações isoladas de algum maluco. A análise do conjunto dos atentados pela CPI evidencia que não era nada disso. Aliás essa é uma das conclusões importantes.

Vou ler trechos: "A oposição está convencida, ao contrário do governo, de que não são atos isolados, esporádicos, sem objetivos precisos e maiores, mas pelas características comuns, por serem assumidos pelas (- Inaudível.) organizações clandestinas e outras circunstâncias semelhantes, tratam de atos organizados segundo uma sistemática única, obedecendo a uma diretriz e um comando únicos, sujeitos a uma sincronização planejada. Sobretudo contam com uma retaguarda tão grande, que tem sido capaz de lhes assegurar o seu maior trunfo, a certeza completa da absoluta impunidade".

A CPI coloca claramente que aqueles eram atos planejados, obedecendo a uma certa diretriz. A segunda conclusão que tira é que esses atos têm uma origem precisa. Ela atinge instituições e pessoas que lutam por liberdades, por melhoria das condições de vida do povo, têm o objetivo maior de criar o clima propício para avançar mais com a repressão. Inclusive, nesse sentido, ela faz um balanço detalhado de quem são os atingidos e o porquê. Por exemplo, atingiu a igreja por isso, atingiu fulano por isso, atingiu determinados parlamentares por isso, atingiu

sindicalista por isso, etc. Vai mostrando como o alvo dos atentados é muito preciso.

A outra conclusão da época é que esses atentados eram produto daquela dubiedade do momento da vida nacional.

A expressão que está dita é "nem o arbítrio consegue deter os anseios de democracia e de justiça social", mas o povo não conseguiu estabelecer, em sua plenitude, um regime de ampla liberdade democrática. Esse clima de dubiedade propiciava esse tipo de coisa. A oposição está convencida de que o governo tem as condições técnicas e os elementos necessários para apurar os atentados. Não era possível que, com todo aquele aparato de repressão de cima até embaixo, montado com aquela rede, não houvesse capacidade de investigar. Ele tinha tudo isso, mas não investigava porque não queria, de certa forma, os órgãos de segurança. Fica claro no relatório que havia essa convivência promíscua com os atentados.

Estou evitando entrar nos fatos, mas um depoimento sobre uma das bombas dado para o *Em Tempo* trouxe que, antes do atentado, houve a presença ostensiva da polícia. Simultaneamente houve uma invasão no Dops pelos grupos MAC, GAC e CCC, além de pichações feitas por pessoas. Esse convívio entre os órgãos de repressão do regime militar e esses grupos CCC e MAC era promíscuo. Está registrado isso aqui, assim como o episódio de uma bomba que foi explodida no Colégio Santo Agostinho.

Há sete conclusões sobre isso, e todas elas são interessantes e ricas para a Comissão Nacional da Verdade ter

Código do documento: 1049601

subsídios. Dos 40 atentados levantados, cerca de 11 apenas foram objetos de inquérito. Apesar de constituir crime de ação pública, é obrigação legal do Estado fazê-lo. Esses atentados têm nomes jurídicos e devem ser apurados pelo poder público. Era inteiramente desnecessário, em qualquer deles, a vítima apelar para o governador do Estado e fazer um registro na delegacia, porque são crimes de responsabilidade do Estado. Em vários deles, de acordo com os levantamentos fornecidos à comissão pela D. Helena e pelo Juarez, houve a solicitação de abertura de inquérito, mas eles não foram feitos. Dos 11 inquéritos realizados, apenas 2 chegaram ao fim. Esses detalhes estão claros na conclusão do relatório. A partir do momento em que o governo empastelou a comissão, encerrou a comissão na marra e fez um relatório. A oposição, sobretudo o Milton Lima, que presidia a comissão, e o Ademir Lucas, que era o relator, apresentou esse relatório que, de fato, abriu e conduziu a CPI até o fim. Eles chegaram à conclusão, inclusive, pela ação do governo na CPI, feita em vários momentos, de que não só a omissão, mas também a ação do governo tinha o fim de proteger. Depois de tudo, ele fala assim: "O governo de Minas tem sido omissos e demonstra claro desinteresse em apurar os atentados terroristas ocorridos no Estado. Em que pese à notoriedade dos fatos, ele não tomou medidas convincentes para apurar esses fatos e para punir seus atores, como a abertura de inquérito, que é a mínima obrigação legal. Pelo fato de ser crime de ação pública, ele tem sido omissos até mesmo na proteção aos que, publicamente, são ameaçados pelo terror".

Foram tiradas três conclusões: primeira, são inúmeros os exemplos dados nos depoimentos de pessoas ameaçadas em que houve o pedido de proteção, mas essa proteção, deliberadamente, não foi dada; segunda, o governo de Minas se revelou não apenas interessado como também, com sua atitude e ação, tornou-se responsável por tudo o que o terrorismo fez e faz em Minas; e a terceira - acho importante lê-la: "Além disso, o trabalho da CPI, segundo o protesto da oposição, fortalece a convicção, que vai perigosamente se generalizando, de que existe, por omissão, uma certa intimidade em graus e matizes que é impossível determinar entre alguns setores do poder, esse grupos de celerados que se valem do terror para manifestar sua aversão à democracia".

Nesse sentido, é inquietante que os atos do terror atinjam exatamente aqueles que, num passado recente de arbítrio absoluto, a repressão atingiu. E se torna maior diante da revelação insuspeita feita a essa CPI pelo presidente da OAB de Minas, o Prof. Raimundo Cândido: após um atentado à sua casa, um coronel ligado ao serviço de segurança lhe revelou que iria partir um movimento de atentado terrorista". O atentado à casa dele foi em 1977. A confiança que o tal coronel fez a ele se verificou depois, pela sequência de atentados. Essa CPI permite, inclusive, que se chame o então governador de Minas à responsabilidade, porque a ele foi dada, através de um abaixo-assinado das vítimas e da instalação da CPI na Assembleia, a oportunidade de tomar alguma providência, e a providência que ele tomou foi colocar sua

liderança na Assembleia para empastelar a CPI. Era o Francelino Pereira, aquele da frase "que País é este?".

É isso que eu tinha a dizer.

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Obrigada. (- Palmas.) Vou fazer formalmente a entrega disso ao Marcio Kameoka e à Amanda Oliveira, da Comissão Nacional da Verdade.

Vamos ouvir agora, por 10 minutos, o companheiro e grande lutador da causa contra a ditadura, o Sr. Mário Genival Tourinho, ex-deputado federal.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Meus companheiros, gostaria de iniciar minha exposição sobre esse tema lembrando que, na primeira reunião que se fez em Minas Gerais, em que se iniciou a batalha pela anistia, estava presentes o Pe. Manuel, que nem sei se ainda está vivo. Ele era o pároco da igreja situada no bairro onde eu moro, Cidade Jardim. Não me lembro do nome da igreja, porque não tenho qualquer tipo de religião, sou agnóstico. Estavam presentes nessa reunião o Pe. Manuel, a D. Helena Greco, o Betinho e eu. Posteriormente outras pessoas aderiram às reuniões, mas, na primeira delas, recordo-me perfeitamente de que essas pessoas estavam lá. Isso deve ter sido em 1967, 1968. Talvez, o Betinho tenha a memória mais atualizada que a minha.

Não trouxe documento nenhum aqui, porque o lançamento do livro que editei e distribuí foi um sucesso absoluto - tive de levar alguns para autografar na minha casa. No Tribunal de Contas autografei trezentos e tantos volumes e levei para minha casa mais

trezentos. Foram vendidos cerca de setecentos volumes no Tribunal de Contas de Minas Gerais.

**O presidente** - Aproxime-se do microfone, Genival. Suas palavras são preciosas; não podemos perdê-las.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - O Betinho me trouxe aqui para ajudá-lo a avivar a memória, mas há fatos que eu, inclusive, nem mais me recordava. Fiz uma denúncia, e o jornal *Em Tempo* a registrou com o título "Máfia mineira". Essa denúncia era sobre o triunvirato do terror que, naquela ocasião, foi chefiado pelo Minhoca, um indivíduo chamado indevidamente de jornalista. Ele tinha uma absoluta falta de caráter e era chamado por mim de criminoso e vigarista. Após juntar provas de tudo o que eu estava falando, terminei meu pronunciamento dizendo: "Eis o retrato de um absoluto exemplar de quem não tem nem uma minúcia de caráter. Pena que o retrato seja do tamanho 3x4". Imaginem se eu fosse falar realmente o que era esse indivíduo, em matéria de maldade, de mau espírito, de arrogância e de tortura. Lembro-me dele numa sala do Pampulha Iate Clube, que eu frequentava em 1965. Ele arrebitou dois dentes do Pe. Lage e enfiou um revólver na boca dele, dizendo: "Fale agora alguma coisa, seu comunista".

**O presidente** - Quem era esse Minhoca?

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Afonso de Araújo Paulino. Ele foi presidente do Galo. Não deve honrar muito a história do Atlético mineiro o fato de ele ter sido seu presidente. Naquela ocasião, ele andava acompanhado do Cap. Gomes Carneiro e do Ten. Marcelo Araújo Paixão, que era meio doido. Eu, como advogado de  
Código do documento: 1049601



presos políticos, tive bate-bocas tremendos com esse Marcelo, que sempre me ameaçava. Ele dizia que não era de violência, mas que eu abrisse os olhos, porque o Cap. Gomes Carneiro era extremamente violento - e demonstrou que era mesmo. Tivemos pegadas tremendas lá, e não sei como ele não mandou me prender naquela ocasião.

**O presidente** - Vários presos foram torturados pelo Marcelo Araújo Paixão.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Ele precedeu aquele que foi assassinado, em bela hora, pelos Tupamaros, o Dan Mitrioni.

Aliás, o governo do Tancredo, antes de ser votada a lei que tirou o nome do... No governo Hélio Garcia por determinação do Tancredo, a rua que tinha o nome Dan Mitrioni, Tancredo pediu para o Hélio mandar... (- É interrompido.)

**A Sra. Heloísa Greco** - Não foi Tancredo não; foi D. Helena Greco e Arthur Vianna; não foi Tancredo Neves não.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Eu me lembro de que Tancredo solicitou ao Hélio Garcia, a meu pedido, que tirasse o nome Dan Mitrione e desse o nome de... (- É interrompido.)

- Cruzam-se apartes.

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Foi sancionado na época em que o Hélio Garcia era prefeito de Belo Horizonte, mas o projeto foi da D. Helena Greco e do Arthur Vianna.

**A Sra. Heloísa Greco** - O Tancredo que deu o nome de Dan Mitrione? É isso?

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - O Alaor(?) deu o nome de Dan Mitrione, que virou José Carlos da Mata Machado.  
Código do documento: 1049601

O **presidente** - Falem ao microfone. Perfeito. Lá no Bairro das Indústrias, onde funcionava o antigo Getec, na década de 1980, grupo de trabalho em assuntos comunitários.

O **Sr. Mário Genival Tourinho** - A sugestão foi feita realmente por sua mãe, mas foi o Tancredo que mandou. E mandava mesmo, porque naquela época prefeito era nomeado; o Hélio foi nomeado pelo Tancredo. Eu estava com o Tancredo quando ele telefonou dando a ordem ao Hélio Garcia, que então mandou a mensagem. A senhora pode verificar que a mensagem foi do governador para o prefeito nomeado. Relato isso tudo em meu livro, que dei o nome de *Baioneta calada, baioneta falada*.

Quem me antecedeu falou muito sobre a figura do Sarmento. Era um nazista convicto. Ele tinha em Belo Horizonte o tal Bureau de Informações Políticas - BIP. Aquele general comandante da ID-4 começa seu livro de nome *Tinha que Ser Minas* dizendo: "Não fossem as informações levantadas pelo Bureau de Informações Políticas e entregues a mim pelo Sr. Nélon Sarmento, talvez houvesse a Revolução de 1964. Depois que ele me deu as informações que me levaram a denunciar a Operação Cristal, que envolveria três generais..." - o Gal. Bandeira; um general comandante do 2º Exército cujo nome me falha agora, que era chamado de Caveirinha, uma figura pequenininha, magrinho; e o general comandante da Guarnição Militar de Minas Gerais, cujo nome me falha também a memória.

O Betinho está-me lembrando que uma das provas que apresentei contra o Minhoca foi a denúncia do então promotor

Código do documento: 1049601

público do Rio de Janeiro, que depois se elegeu deputado federal, o Dr. Biscaia. A denúncia do Biscaia falava da extorsão praticada pelo Afonso Paulino contra sócios dele nesse cemitério Parque da Colina. Então são provas contundentes de que ele se valia da sua condição de agente do DOI-Codi e do Cenimar para praticar crimes de chantagem e extorsão. Juntei o ofício que suspende Afonso Paulino de suas funções, assinado pelo Gal. Everaldo Gomes da Silva. As provas foram tão contundentes contra o Afonso Paulino que ele suspendeu a credencial dele como agente do DOI-Codi em Belo Horizonte.

Dessa CPI requerida, não sei se pelo Ademir... (- É interrompido.)

**O presidente** - Pelo Ademir, que ficou como relator.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Para mim, o fato mais relevante dessa CPI e que nunca foi levantado pela imprensa - e quem me antecedeu também se esqueceu de dizer isso - foi que esse Sarmiento me disse que, nas próximas 48 horas, ocorreriam mortes, e 24 horas depois jogaram a bomba na OAB do Rio de Janeiro, que matou a D. Lyda Monteiro, secretária administrativa, cegou um funcionário dela e lhe extirpou a mão esquerda ou direita. A imprensa nunca explorou esse fato que denunciei 24 horas antes de acontecer. Foi uma carta-bomba que ela abriu, e ao lado dela havia um auxiliar. A bomba a matou e cegou um dos olhos de seu auxiliar, e decepou-lhe a mão, não sei se direita ou esquerda.

Quanto ao problema da omissão das autoridades policiais de Minas, isso foi constante em todo o processo. Quando o Brizola  
Código do documento: 1049601

esteve aqui, a primeira cidade que ele visitou após ir à sua cidade natal, Porto Alegre, e ao Rio de Janeiro, de onde veio a ser governador por duas vezes, foi Belo Horizonte. Sob ameaças de morte constantes, levei-o à Zona Metalúrgica, inclusive a Nova Era, onde era esperado há 14 anos, para batizar o filho de um companheiro nosso do antigo PTB que tinha o nome dele - o pai jurou que só batizaria a criança com a presença do padrinho Leonel de Moura Brizola.

Lá até aconteceu um caso gozadíssimo. Não tenho religião nenhuma, sou agnóstico, e tive que consertar o Brizola, porque ele fez o nome do Pai com a mão esquerda. Achei gozadíssimo um agnóstico, em razão da formação de criança, que estudou em colégio interno, consertar o Brizola: "Espera aí, Brizola, é com a mão direita". Aí ele fez o nome do Pai com a mão direita. Naquela ocasião as ameaças eram tão grandes que registrei o Brizola como hóspede em dois hotéis. Paguei dois quartos, e o levei para um quarto de hotel incógnito, em razão da explosão da bomba no Instituto de Educação e do corte nos pneus de 10 ou 12 carros. Cortaram os pneus do meu carro; não tiveram sequer a bondade de me deixar pelo menos com três pneus; rasgaram os pneus totalmente. Nessa ocasião, recordo-me de que havia um elemento da polícia de Minas. A segurança que instituí para proteger o Brizola era um ex-presidente do sindicato dos motoristas profissionais de Belo Horizonte. Ele viu esse cidadão lá e o interpelou, e ele disse que estava lá só para anotar os nomes das pessoas e as placas dos

carros. Não me lembro mais o nome desse cidadão que trabalhava na perícia da Polícia Civil de Minas Gerais, na ocasião.

Todas essas omissões ocorreram no governo do Francelino, e por uma eu responsabilizo diretamente o Joaquim Gonçalves, apesar de ter sido meu amigo, que eu chamava de Joaquim Cocó. Ele era chefe de polícia ou secretário de Segurança Pública naquela ocasião. Eu me dava bem com ele pessoalmente, brincava muito, chamava-o de Joaquim pena de morte. O Antônio também conviveu com ele.

Mas tenho que falar também do lado bom da situação. Em 1964 muitos fatos gravíssimos aconteceram. Aquele Gal. Manoel, um tampinha de 1,60m, andou armando um bocado de meninos, usando aquelas fitinhas amarelas e verdes. Eles andavam por aí prendendo os outros e praticando arbitrariedades, mas eram protegidos desse general, um tampinha de binga de 1,60m. Porém, naquela ocasião, dois homens impediram muita coisa ruim que poderia acontecer: o Dr. Fábio Campos, irmão do Milton Campos, que era delegado de polícia e tinha muito do temperamento do Dr. Milton Campos; e o Dr. Fábio Bandeira de Melo, que era diretor do Dops. Se não fosse por esse Fábio, aquele pessoal todo que foi preso no Dops teria entrado numa coça geral, porque essa era vontade daquele chinês; dele e do tal Dan.

**O presidente** - Davi Azan.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Não, o Davi não. O Davi se queixava muito, e chegou a me dizer: "Tenho escola superior de polícia nos Estados Unidos, mas aqui sou subordinado a esse  
Código do documento: 1049601

bandido que vem ensinar tortura dentro do Dops". Ele se referiu ao Dan Mitrione: "Um xerifezinho de um condado vagabundo nos Estados Unidos vem para cá para ensinar a industriais mineiros e à polícia como fazer tortura, e sou subordinado a ele. Eu, que tenho escola superior de polícia nos Estados Unidos". Defendo o Davi.

**O presidente** - Mas ele consta como aquele que quebrou o braço da Zaira, uma morena jornalista do *Estado de Minas*, quando seu pai foi preso por ser comunista. O Davi Azan quebrou o braço dela na tortura; isso está no relato também. Essa menina foi jornalista por mais de 20 anos no *Estado de Minas* - hoje está aposentada.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Ele me disse isso: um xerifezinho vagabundo.

**O presidente** - Talvez ele estivesse preocupado, com ciúmes por estar recebendo ordens, mas foi ele quem quebrou o braço da Zaira na tortura.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - E quanto ao Fábio Bandeira de Melo, alguém apareceu para fazer alguma acusação contra ele? Porque com o Fábio eu consegui a liberação inclusive dos estudantes que foram presos na tentativa de invasão da Faculdade de Direito. Ele também me permitiu esvaziar a Faculdade de Ciências Econômicas.

**O presidente** - Romanelli.

**O Sr. Antônio Ribeiro Romanelli** - Quando me apresentei para ser preso no Dops, quem me recebeu e era diretor foi o Fábio Bandeira, que falou ao meu pai, que estava me acompanhando:  
Código do documento: 1049601

"Mandarei você para Lagoa Santa, porque, se ficar aqui, correrá risco".

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Fábio Bandeira de Melo. Se não fosse ele, coisas gravíssimas teriam acontecido. Há que se fazer justiça em determinados momentos.

Quanto à Operação Cristal, pedi apenas que as autoridades investigassem três oficiais, coincidentemente comandantes do Exército. Pedi apenas que investigassem o que havia com esses homens.

Em vez de mandar investigar a denúncia de um deputado federal de oposição, preferiram enviar para a cadeia o... (- É interrompido.)

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Tempo, Genival.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Ou tentaram mandá-lo para a cadeia. (- Risos.)

**O presidente** - Conclua.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Mudaram o Regimento Interno do STF. Não havia julgamento secreto naquela ocasião. Criaram-no especialmente para o meu caso e conseguiram condenar-me. Nove ministros me julgaram, e fui condenado por 5 a 4. O ministro relator era meu amigo pessoal e votou pela minha absolvição; ele chegou a me dizer: "Genival, você só foi condenado porque o fulano de tal... O seu julgamento era secreto. Se fosse público, ele votaria a seu favor para pousar de democrata". O Antônio sabe disso, assim como o pessoal que tem ligação no Supremo. Um dos ministros foi quem me denunciou. Como procurador-  
Código do documento: 1049601

geral da República, ele me denunciou e se deu por impedido - e ele só podia se dar por impedido mesmo. É claro que exerceu influência no julgamento: ele já estava no Supremo há dois anos quando fui julgado.

O que vivemos realmente foi uma questão de... Fico horrorizado quando vejo alguém me dizendo que é preciso voltar ao regime militar. Para mim, essa é maior prova de ignorância. É o negócio da ignorância política tão bem debatida por Brett. O pior dos ignorantes é o ignorante político. Recentemente todos vocês ouviram e têm ouvido muitas pessoas dizerem que preferem o regime militar porque não havia tanta roubalheira nem assalto. Imagino o que havia! (- Risos.) Por exemplo, no meu livro, denuncio um assalto contra a classe média praticada pelos militares que se reformavam. Todos que eram reformados se tornavam corretores do tal de Montepio da Família Militar, aposentadoria do professor militar, grêmio beneficente. Foi o maior estouro que deram contra a classe média. Duvido que aqui não haja pelo menos 10 pessoas que caíram nesse engano. Eu mesmo caí, pois paguei - e em certos momentos com dificuldade - os planos que havia assinado em favor dos meus três filhos. Um deles daria ao meu filho mais velho o direito ao vencimento de um coronel do Exército. Quando ele foi reclamar em Brasília, pagaram-lhe; só que o dinheiro que lhe pagaram dava para comprar a passagem de volta de Brasília para Belo Horizonte. Há esses fatos aí. (- Risos.)

Sugiro a esta comissão que requisiute à CPI requerida por

Ademir Lucas Gomes e por ele relatada que verifiquem este dado:  
Código do documento: 1049601



eu, aqui da Assembleia, 24 horas antes do assassinato da secretária administrativa da OAB do Rio de Janeiro, disse não que ela seria assassinada, mas que, em 48 horas, começaria a morrer gente.

**O presidente** - Isso está na CPI que passamos aqui para a Comissão Nacional da Verdade.

**O Sr. Mário Genival Tourinho** - Isso foi passado?

**O presidente** - Passamos agora para a Comissão Nacional da Verdade. Obrigado, Genival. Faça a sua conclusão, porque ouviremos mais pessoas; senão, ficaremos aqui a tarde inteira. É agradável, mas tem muita coisa para falar e aí não sobra tempo para a Bizoca falar um pouquinho.

Obrigado e parabéns, Genival. (- Palmas.)

Convido para a Mesa o Sr. Márcio Augusto Santiago, presidente da Comissão da Verdade da OAB. Passo a palavra para a Sra. Regina Maria Albino Andrade Almeida, ex-esposa do advogado Geraldo Magela.

Quero aqui fazer um registro: quando fui preso, em 1980, no Dops, quem esteve lá de vigília até a minha soltura, foi D. Helena Greco e Arutana Coubério. Na época, eu tinha 21 anos e militava nos movimentos sindicais e dos professores e na luta popular. O advogado Geraldo Magela foi constituído por D. Helena Greco e Arutana Coubério. Decorridos 33 anos, fica aqui o meu agradecimento à Regina e à filha do Magela que estão aqui.

**O Sr. Betinho Duarte** - Durval, só um aparte.

**O presidente** - Rapidinho.

**O Sr. Betinho Duarte** - Falarei sobre isso no final, mas para acrescentar uma informação que o Genival Tourinho deu, o ex-perito criminal se chama Antônio Carlos Ribeiro. (- Intervenção fora do microfone.) Sim. Aliás, o Rodrigo, filho do Célio de Castro, está aqui. Esse Antônio Carlos Ribeiro é o ex-perito criminal acusado de ter cometido o atentado na casa do Dr. Célio de Castro e de pertencer ao grupo de extrema direita. Quando o Brizola veio a Belo Horizonte na década de 1980, no Instituto de Educação, julgaram ácido em carros e soltaram bombas. O Santos Moreira, que era delegado na época e fazia a segurança no local, identificou Antônio Ribeiro e o prendeu pelos atentados. Aliás, quem disse isso foi o Sarmiento e o Wagner Seixas, jornalista do *Estado de Minas*, que faleceu há pouco tempo. Esse é um documento e uma prova contra esse ex-perito criminal Antônio Carlos Ribeiro.

**O presidente** - Faço aqui um tributo ao Wagner, grande jornalista, que faz uma falta muito grande hoje.

Democratizaremos um pouco o tempo porque há muita gente para ouvir. Ao final, ouviremos os representantes da Comissão da Verdade. Passo a palavra para a Sra. Regina Maria Albino Andrade.

**A Sra. Regina Maria Albino Andrade Almeida** - O meu nome é Regina Maria. Fui casada com Geraldo Magela de Almeida, que era advogado de preso político, já falecido em 1993. Quero agradecer a lembrança do meu nome para comparecer hoje perante esta comissão.

Vamos aos fatos. No dia 13/9/1979, por volta de 1 hora da madrugada, o telefone tocou na minha residência. Na época, residíamos na Rua Engenheiro Amaro Lanari, nº 139, ap. 302, Bairro  
Código do documento: 1049601

Sion. Houve uma explosão muito forte quando atendi ao telefone. Na época, éramos proprietários de uma Brasília vermelha, cuja placa era AW8244, que se encontrava estacionada na rua, em frente ao prédio onde morávamos. O meu apartamento era no nível da rua. Explosivos foram colocados debaixo do motor da Brasília, que ficou totalmente danificada. Além disso, dois outros carros que também estavam estacionados na rua, uma Caravan que estava do outro lado e um Volks que se encontrava atrás da Brasília, ficaram seriamente danificados. Lembro-me de que também todos os vizinhos foram para a rua. Magela chamou a perícia técnica e comunicou o fato à Polícia Militar, que compareceu ao local e fez a perícia. Desse fato, nada foi apurado. Com essa explosão, todos os vidros do prédio onde residia foram estilhaçados.

Então, é mais ou menos isso que tenho para dizer para vocês. É o meu depoimento desse fato que aconteceu em 1978, no dia 13 de maio. (- Palmas.)

**O presidente** - Obrigado, Regina. É importante que tudo isso seja registrado, porque creio que o direito à memória e à verdade é um dos direitos fundamentais e está ligado ao próprio direito à humanidade. Portanto em hipótese nenhuma podemos permitir que a nossa memória se perca em poeira.

Com a palavra, o Sr. Jota Dângelo, diretor, ator e dramaturgo.

**O Sr. José Geraldo Dângelo** - Bom dia a todos. A minha ponderação é muito rápida porque o episódio que relatarei aconteceu durante a apresentação do Show Medicina em 17/11/1965.  
Código do documento: 1049601

Criei esse espetáculo em 1954, quando era estudante e ainda cursava o 5º ano de medicina. O Show Medicina sempre foi um espetáculo de teatro feito com vários quadros que criticavam diretamente a própria medicina e as questões ligadas ao atendimento de saúde, mas também os problemas políticos. Era uma crítica bem-humorada. Aliás, aqui no Brasil, quando queremos falar algo sério, é preciso ter certo humor. Segundo dizia o Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, para ser sério no Brasil é preciso falar com humor e um pouco de sacanagem; do contrário ninguém acredita em você. Então o humor do Show Medicina era crítico, embora bem-humorado. Depois de 1964, o Show Medicina passou a ser crítico do regime militar que estava instalado e, obviamente, passou a ser alvo da repressão.

Em 1964, 1965 e até mesmo em 1966, a censura do regime militar não era tão forte nas artes. Quanto à imprensa, não, pois já estava sob censura. Porém o que fazíamos no teatro ainda não era muito censurado e, portanto, não existia muito rigor. Na verdade, esse grande rigor veio depois de 1968 e do AI-5; antes não era tanto assim. Então, dava para o Show Medicina ser bem crítico. Quando era feito, podia ser assim porque ainda era antes de 1968.

Como disse, no Show Medicina que estava sendo realizado em 17/11/1965, no Instituto de Educação, havia um quadro que se chamava caracteristicamente 007 contra o Castelo Assombrado - é claro que estávamos nos referindo ao Castelo, presidente da República. (- Risos.) Havia um personagem nesse quadro que era o

Código do documento: 1049601

corvo, e o apelido do Carlos Lacerda era corvo. Então, num momento determinado, quando esse personagem dizia uma certa fala, havia um blecaute. E exatamente na hora desse blecaute, quando o corvo tinha acabado a sua fala, algumas pessoas jogaram no palco, provavelmente da galeria ou do balcão do Instituto de Educação, uma série de ampolas com ácido nítrico concentrado. Evidentemente a intenção era jogar as ampolas no palco, mas algumas caíram sobre a plateia. Então, a menina Maria Terezinha Vieira foi atingida na face - a ampola quebrou, e ela teve a face corroída. Ao lado dela estava o Cláudio Azevedo, que teve o braço esquerdo queimado. Houve aquele tumulto, e a menina foi levada imediatamente para o Hospital Felício Roxo, para ser atendida. Obviamente no dia seguinte, abriu-se um inquérito, que foi acompanhado pela imprensa até com certa disposição de pôr as coisas às claras, mas ele foi rapidamente arquivado. Ninguém soube de nada, nem se fez tanto esforço assim. Porém nós, da Faculdade de Medicina, pelo contrário, não deixamos de acompanhar todo o andamento do inquérito, sentimos o que estava acontecendo: na verdade, o Dops estava querendo incriminar radicais de esquerda, como se houvesse alguém da esquerda dentro da própria Faculdade de Medicina. Estavam achando que o Show Medicina não era radical o bastante em suas críticas.

Então, eles é que julgavam o *show*. Era uma coisa absurda, sem o menor sentido. Apesar de a imprensa ter levantado alguns nomes como suspeitos de terem jogado essas ampolas, isso nunca ficou provado. Na verdade, não ficou provado porque o Código do documento: 1049601

inquérito foi arquivado quase que imediatamente depois. Não houve interesse em realmente descobrir. Era muito difícil também, reconhecer, saber quem tinha jogado. Isso foi na hora do *blackout*. Evidentemente já sabíamos que teria de ser gente que estava ligada ao Comando de Caça aos Comunistas - CCC ou ao Movimento Anticomunista - MAC. Sabíamos que tinha de ser, mas era complicado saber exatamente. Esse movimento, na verdade, acabou. Foi acontecendo o que se esperava. O *Show Medicina* foi ficando cada vez mais crítico do regime militar, particularmente depois de 1968, depois do AI-5. Como consequência, a censura cortou o *Show Medicina*. Ele foi interrompido até praticamente 1976. Dessa data até 1986 ele ficou parado, não podia mais ser feito. Em 1986 voltou e existe até hoje. Continua sendo do mesmo jeito: criticando, divergindo com humor, mas fazendo o papel dele. Esse é o *Show Medicina*. É interessante lembrar que talvez seja o único espetáculo de teatro que tem tantos anos, desde 1964. Está fazendo, portanto, 60 anos. (- Palmas.)

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Obrigado, Dângelo.

Com a palavra, Heloísa Greco, Bizoca, membro do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania. (- Palmas.)

**A Sra. Heloísa Greco** - Boa tarde a todos. Vou entrar sem mais delongas no tema. Não vou fazer relato circunstanciado. É claro que vou reportar-me a algumas iniquidades dessa turma, dos terroristas, que são também torturadores. Vou aproveitar alguns  
Código do documento: 1049601

relatos mais detalhados dos meus colegas de Mesa que me antecederam. Acho que se trata, Durval, não só do direito à verdade e à memória, mas ao direito à justiça sobretudo. Acredito que é isso que está faltando, inclusive, na Comissão Nacional da Verdade.

Sou Bizoca, Heloísa Greco, militei nos movimentos estudantis. Faço tributo ao nosso querido Geraldo Magela, que foi advogado do DCE na minha época. Fui diretora do DCE em 1974 e 1975. Desde então ficamos muito amigos, lutamos ombro a ombro. Aproveito a oportunidade para prestar esta homenagem à Regina neste momento.

Participei da gloriosa luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Continuo nessa frente tão importante, mas tão espezinhada, que é a frente da luta pelos direitos humanos. Tenho também a responsabilidade, a honra, a alegria de ser filha de uma referência dessa luta, que foi a D. Helena Greco, que foi também alvo desses atentados.

Já foi dito aqui que Minas Gerais foi a campeoníssima desse *ranking* dos atentados que aconteceram na década de 1980 e, depois, na década de 1990. Isso não está sendo objeto de discussão aqui, mas acho que há uma linha de continuidade nessas duas coisas.

Desses 40 atentados, pelo menos cinco tiveram como alvo o movimento pela anistia, tudo entre 1979 e 1980. Houve um na casa da D. Helena Greco; outro na sede do movimento pela anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia, na Igreja São Francisco, no Carlos  
Código do documento: 1049601

Prates. Houve outro, também, no Colégio Santo Agostinho; outro no Colégio Santo Antônio e mais um no DCE Cultural, onde estava havendo atos do movimento pela anistia.

Vou me ater a esse da casa da D. Helena Greco, que é muito curioso, porque ela morava em frente a um centro de tortura, que é 12ª RI, em frente a uma guarita. Eles passaram gritando GAC, MAC, que queriam dizer Grupo Anticomunista e Movimento Anticomunista. Jogaram a bomba e ninguém sabe nem viu nada. Quem deu o sinal foi o cachorro Juca, que é um Fox, que ficou atento. A coisa podia ter sido mais complicada.

Além desses atentados, que acho gravíssimos, havia também o cotidiano desse processo. Alguns são impublicáveis. Nem vou mostrar porque teria de tirar as crianças da sala para poder ver, mas vou ler uma carta mais ou menos no teor dessa que o Luiz Bernardes levantou, assinado por um certo Comando Democrático, que diz o seguinte: (- Lê:) "Somos uma organização humanitária especializada na cura de doenças exóticas originadas do Leste europeu. Atualmente estamos pesquisando uma febre contagiosa, cujo vetor propagador é o bacilo lenínico-maótico, de grande virulência e de difícil controle, uma vez que atacando o sistema nervoso central, faz com que o doente oculte sua sintomatologia. Exaustivos estudos confirmaram que a leninite maótica se agrava sobremaneira à medida que o paciente convive com outros infectados. Por outro lado, nossos preparados cientistas já descobriram uma terapia que tem-se revelado eficiente, embora dolorosa, para o doente. Trata-se da clitoristomia (extirpação do

Código do documento: 1049601



clitóris).” - Essa carta foi encaminhada a D. Helena, no dia 21/5/1982. - “Sentimos informar que a senhora está cadastrada na nossa seção de estatística, como portadora de leninite em alto grau. Aconselhamos, neste caso, que o paciente se afaste dos outros empestiados. E o que deve fazer, caso contrário, nossos assistentes serão obrigados a submetê-la ao tratamento citado.” O resto é impublicável.

Isso é para ver o tamanho da sordidez, da infâmia dessa história, além de monitoramento de todas as formas, de telefone grampeado, de correio violado. Houve também uma campanha, o Betinho deve se lembrar disso, com relação à luta pela anistia, que é de defesa dos presos políticos. Fizemos uma campanha para que todo mundo mandasse cartas aos presos políticos do Brasil, sobretudo os do Nordeste, que estavam em greve de fome em Itamaracá. Eles violaram essas correspondências e começaram a mandar cartas dizendo que havia uma lei mutável que nunca poderemos ludibriar: “Para cada ação reação.” Era um panfletinho com os dizeres: “olho por olho, dente por dente. Cada ação uma reação. GAC, Grupo Anticomunista.” Isso, a toda hora, era jogado na casa da D. Helena Greco e nos locais de reuniões do movimento pela anistia. Era uma coisa complicada.

Já foi relatado aqui, mas no relatório da CPI isso está mais circunstanciado, mas quero só lembrar algumas questões. O Genival Tourinho falou aqui sobre o triunvirato do terror, que seria o Nelson Sarmiento, o Afonso de Paulino e o Marcelo Paixão. O nome deles consta na lista dos 444 torturadores do Projeto Brasil  
Código do documento: 1049601

Nunca Mais. Foi também a lista publicada pelo jornal *Em Tempo* na década de 1970.

O Antônio Ribeiro, que já foi citado aqui, e outra figura que está muito próximo disso, o José Rezende, todos fazem hoje parte da hierarquia da Polícia Civil e são considerados bambambãs de lá. Quando, nos atentados de 1990, foram chegando próximo de outro contumaz e notório torturador, José Maria Cachimbinho, a coisa foi abortada. Este está aí hoje pagando de sindicalista cutista. Ele é diretor administrativo do Sindpol.

**O presidente** - Da UGT.

**A Sra. Heloísa Greco** - Então da UGT, mas já foi da CUT.

**O presidente** - O Sindpol já foi da CUT. Depois, mudou.

**A Sra. Heloísa Greco** - Já foi da CUT. A essas alturas nem faz tanta diferença assim, Durval. Está tudo muito complicado no meio sindical.

**O presidente** - Só queria salientar.

**A Sra. Heloísa Greco** - Sim. Você está certo. Desculpe-me o lapso. De qualquer maneira, ele é um torturador notório, contumaz, citado em todas as nossas listas, inclusive do Projeto Brasil Nunca Mais. O Marcelo Paixão, citado aqui, é o campeão das citações. Conseguiu bater o Fleury, para vocês verem o tamanho da coisa.

Então, o que temos de recuperar dessa história toda? O meu tempo aqui é curto. Só quero amarrar algumas questões. Primeiramente, trata-se de linha de comando. Não há nada de convivência ou promiscuidade. É linha de comando. O aparelho  
Código do documento: 1049601

repressivo, tentacular, enorme, o bico, onipresente que foi montado pela ditadura militar conta tanto com os esquadrões da morte, com os grupos de extermínio, quanto com o CCC, GAC, MAC, Et Cetera no seu organograma. São organicamente vinculados a isso.

Em relação aos atentados, foram citados aqui dois que tiveram mais visibilidade, um no Rio de Janeiro, contra a OAB, em que a D. Lyda Monteiro morreu, e também no Rio Centro. Este último escancarou como a linha de comando das forças armadas estão envolvidas nisso. Hoje há cinco indiciados, porque se trata de crime de lesa-humanidade. Estes são imprescritíveis, inaniestáveis, inafiançáveis, por mais que o pessimamente chamado Supremo Tribunal Federal, Suprema Corte, insista em colocar a interpretação prevalente da Lei da Anistia como a anistia dos dois lados, que tem de anistiar torturador. Isso não existe. O Estado brasileiro assumiu que torturador está anistiado. Isso tem de ser revertido, pois é um absurdo.

Uma outra luta histórica nossa, e que ficou muito clara aqui, é o comprometimento direto, escancarado, muito evidente dos institutos técnicos de criminalística, de medicina legal e de identificação. Aqui não há esses institutos não têm autonomia. Continua esse processo. Então, além de ser uma linha de comando, há uma linha de continuidade. Hoje estão todos aí e estão colocando as mangas de fora. Vocês devem ter acompanhado algumas questões a esse respeito. Há um jornal chamado *Inconfidência*, que é um negócio absurdo, em que todas essas entidades, movimentos de direita e extrema direita, nazi-fascistas chamaram o Lício Maciel

Código do documento: 1049601

para fazer um debate no círculo militar. Foi exatamente para fazer a apologia do crime, pois o Lício foi um dos maiores repressores da época da ditadura e um dos responsáveis pelo massacre do Araguaia. Como Instituto Helena Greco de Direitos Humanos de Cidadania, como frente independente pela memória da verdade e justiça fomos lá e fizemos uma confusão. Aliás, ele estava fugindo de ser indiciado, mas já estava indiciado. Recebeu esse indiciamento aqui, em função dessa mobilização feita. Então, há todo um processo.

Uma outra questão é que hoje em dia as coisas estão todas aí. Essas Polícias Militar e Civil são terroristas, basta ver o que acontece em qualquer tipo de mobilização dos moradores sem teto e dos sem terras por exemplo, mas o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania tem sido alvo também de atentados, claro que não nesse nível, mas nos parece bastante graves. Em janeiro houve uma pichação. Eles têm um certo tropismo por esses símbolos fálicos. Desenham aquelas coisas lá, escrevem SS, Hitler, põem a suástica e deixam marcado isso de forma muito evidente. No mês passado, picharam o muro inteirinho, dizendo assim: "comunismo é igual à mentira."

**O presidente** - Freud explica.

**A Sra. Heloísa Greco** - Então, sabemos que continuamos sendo monitorados, que os telefones estão grampeados, enfim, sabemos de tudo que acontece. Agora não vai adiantar ficar só comendo pelas beiradinhas. Por que a Comissão Nacional da Verdade não pega essa lista que temos? Aliás, publicamos a lista dos  
Código do documento: 1049601

torturadores mineiros de novo, porque já está digitalizada, todo mundo tem acesso a ela no nosso informativo da Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça. Por que não pega um por um e vai vendo? Foi o que exigimos naquele momento.

Em 1994, outro grande membro da hierarquia da Polícia Civil, que é o José Rezende, falou que estávamos denunciando. Aliás, Minas Gerais é campeoníssima de chacinas, massacres essa coisa toda. Estava havendo uma denúncia nesse sentido e ele mesmo, que era chefe da Polícia Civil na época, disse que a ordem que dava era para matar mesmo. Isso está publicado no jornal. Então, como fica essa coisa desse jeito? Como até hoje não há essa história de punir os torturadores? A própria letra da lei que instalou a Comissão Nacional da Verdade diz: buscar a verdade e a reconciliação. Reconciliação com o inimigo? Reconciliação com quem pratica crime de lesa-humanidade? Com terroristas de Estado? Pois eles fazem parte disso. Isso não dá para nós.

Acho que devemos de continuar lutando e temos muita clareza disso. Essa luta não se dará nos gabinetes. Acho que audiências como essas são importantes. Até agora os avanços foram à custa de muito sangue de companheiros que tombaram durante a ditadura militar e daqueles que mantêm erguida essa bandeira pela verdade e justiça. Temos clareza também de que essa luta se dará de maneira independente, no chão das cidades, a partir de muita pressão.

Foi isso o que aconteceu até agora. A CPI de 1980, por exemplo, só foi instalada porque houve uma pressão radical e muito

Código do documento: 1049601

eficaz por parte dos movimentos que lutavam contra a ditadura, pelo desmantelamento do aparato repressivo, pela erradicação da tortura e pela punição dos torturadores. Esse aparato repressivo continua montado, e essa mentalidade, esse registro, essa lógica da doutrina de segurança nacional da época da ditadura continua prevalecendo. Para dar um exemplo, o governo federal emitiu um documento nomeando os movimentos sociais de forças oponentes. Ou seja, nós, que somos militantes dos movimentos sociais, fomos qualificados como forças oponentes. O que é força oponente? O inimigo interno. Isso é a reciclagem da doutrina de segurança nacional, o que não pode acontecer.

Outro exemplo é o que aconteceu com Paulo Malhões, que esnobou na Comissão Nacional da Verdade, de forma infame, dizendo que fez, aconteceu e faria de novo as maiores barbaridades, e saiu de lá tranquilamente. Em qualquer lugar do mundo, teria sido dada voz de prisão para um homem desse. Depois, morreu, por queima de arquivo e essa coisa toda. Esse negócio esquisito. Até agora, não temos nada. No Brasil, nem uma pessoa sequer chegou a ser condenada. Nosso atraso é proverbial em relação aos outros países do Cone Sul da América, que, como todos sabemos, também foram submetidos a ditaduras sangrentas, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, com *know how* importado do Brasil. Quero deixar clara uma coisa: não podemos dar mole. O Davi Hazan e o próprio Bandeira, que, com certa generosidade, alguns membros da Mesa tentaram resgatar, também constam da lista de torturadores. Então, não tem de dar mole para esse pessoal. Não adianta falar para irem

Código do documento: 1049601

para Lagoa Santa, pois aqui seriam mortos. Qual é? O cara era chefe do Dops, que, como todos sabemos, abrigava o DOI-Codi no 3º andar e foi o principal centro de tortura em Belo Horizonte. Acho que não podemos transigir nessas coisas; não podemos dar mole. Isso é questão de princípio. Do contrário, de nada adianta... Aliás, adianta, sim. Acho legal resgatarmos tudo isso. Como profissional de história acho perfeito que resgatemos e recuperemos esses documentos, mas por que não abrem os arquivos também? Está tudo fechado; ninguém tem acesso a eles, a não ser em alguns Dops. Como o Durval Ângelo deve lembrar, é complicado o negócio do Dops. Agora é que alguns daqueles microfimes que ficaram para trás foram resgatados. Artigo de papel, nunca teve.

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - E muitos desapareceram, depois da CPI dos arquivos do Dops.

**A Sra. Heloísa Greco** - Desapareceram. Então, não tem. Isso, sim, é obrigação do Estado. Depois que houve o indiciamento desses criminosos do Riocentro e depois da fala desse Paulo Malhães, o que foi mesmo que as Forças Armadas falaram? "Nada a declarar". Como não têm nada a declarar? Eles são da hierarquia das Forças Armadas; foram as Forças Armadas que fizeram, nos seus intestinos - a palavra é esta - essa história toda. Como não têm nada a declarar? Como um Comissão Nacional da Verdade aceita uma coisa dessa? Então, essa luta continua. A comissão tem prazo estipulado, mas sabemos que, na maior parte dos aspectos, essa luta não começou com a sua ação, nem vai terminar quando esse prazo se esgotar. A luta vai continuar e tem de se dar de forma

Código do documento: 1049601

independente, no chão das cidades. É a luta travada pela classe trabalhadora e pelos movimentos sociais, que é a nossa luta de sempre.

Como fui muito veemente - até porque, quando falo nisso, a indignação prevalece -, vou citar, para terminar, um pequeno poema de Brecht: "Se fôssemos infinitos, tudo mudaria; como somos finitos, muito permanece". E as coisas têm permanecido de maneira iníqua, com a estratégia do esquecimento avançando. Enquanto não chegarmos a nomear, responsabilizar e punir aqueles que cometeram crimes contra a humanidade durante a ditadura e aqueles que continuam a cometê-los nos dias de hoje - que são praticamente os mesmos, pois há uma linha de continuidade aí -, essa luta não vai ter fim.

**O presidente** - Obrigado, Bizoca. Valeu, companheira. Bizoca tem sua luta e sua presença tem um significado que enaltece a democracia, mas inevitavelmente sua presença nos lembra da D. Helena Greco, que foi uma grande companheira na luta pelas liberdades democráticas em Minas Gerais.

Com a palavra, a companheira Ângela Maria Pezzuti.

**A Sra. Ângela Maria Pezzuti** - Bom dia a todos. Em primeiro lugar, quero cumprimentar a comissão nacional de anistia e a todas as outras comissões de anistia - estaduais, municipais, da OAB e do Brasil -, pelo esforço. (- Intervenção fora do microfone.) Desculpem-me, refiro-me à Comissão Nacional da Verdade. A Anistia já passou, mas continua presente na memória da nossa luta. Então, cumprimento a comissão pelo penoso trabalho de  
Código do documento: 1049601



regatar a verdade. Essas comissões são de grande relevância e importância na nossa história.

Em várias ocasiões, participei, direta ou indiretamente, de atos de terrorismo, coerção e outros tantos, durante a época do regime militar. Mas vou ater-me neste momento a um ato de terrorismo que aconteceu em 1978, quando se iniciaram os movimentos pela anistia, pela volta dos exilados e pela soltura dos presos políticos. O primeiro movimento pela anistia em Minas Gerais e, creio, também no Brasil, foi o Movimento Feminino pela Anistia. No setor de Minas Gerais, foi presidente a nossa saudosa D. Helena Greco; na ocasião, eu era vice-presidente do movimento.

O movimento se reunia na Igreja São Francisco, no Carlos Prates, e fazia alguns eventos paralelos, religiosos ou de discussão. Em março de 1978 - antes do ato que vou relatar, que aconteceu no dia 18/4/1978 -, explodiu uma bomba na porta lateral da Igreja São Francisco, na qual fazíamos as reuniões semanais. Depois disso, programamos um evento na sede esportiva do Colégio Santo Antônio, se não me falha a memória, e convidamos a fundadora do Movimento Feminino pela Anistia no âmbito internacional, a Terezinha Zerbini, para participar desse ato público, ao qual compareceram mais de mil pessoas. No palco, estavam sentadas a D. Helena Greco e a Terezinha Zerbini. O local estava apinhado de gente, com um público bem heterogêneo: havia estudantes, idosos, moços, ex-presos políticos, advogados, entre outros.

Quando o evento começou, eu estava ao lado da porta de entrada, porque, em vista do atentado ocorrido em abril na Igreja

Código do documento: 1049601

São Francisco e de outros atentados, é claro que temíamos que algo acontecesse ali. Eu estava justamente na porta de entrada, com alguns estudantes e outros conhecidos; no palco, estavam a D. Helena Greco, a Terezinha Zerbini e outras pessoas de que agora não me recordo. Quando se deu início ao evento, umas pessoas que também estavam na entrada disseram que estavam ali alguns senhores que alegavam ser do Dops e que desejavam fazer uma vistoria no local, porque foram avisados de que havia uma bomba ali. Eu me assustei, mas os recebi. Eles se identificaram como sendo do Dops e disseram que haviam recebido uma denúncia anônima de que tinha sido colocada uma bomba-relógio no local. No momento, fiquei um pouco sem ação e pedi que aguardassem. Olhei para o palco, onde estava também uma das fundadoras do Movimento Feminino em Belo Horizonte, a Magda Neves, a quem chamei com um sinal. Quando ela se aproximou, eu disse que o Dops estava ali e queria fazer uma revista. O lugar estava apinhado de gente, mas a Magda disse que era para deixar. Quando voltei, o nosso saudoso Geraldo Magela, que estava ao lado, disse-me que ia acompanhar o pessoal. Quando eles começaram a revista, voltei para a plateia. De imediato, não houve qualquer reboliço; nada. A vistoria era imperceptível. O evento continuou por alguns minutos, até que o Magela subiu ao palco e, pelo microfone, anunciou que o Dops estava lá, que havia feito uma rápida vistoria, e que eu e Magda havíamos autorizado a revista. Disse ainda que eles realmente haviam detectado uma bomba no salão. Foi um tumulto. O Magela dizia para se acalmarem e que o Dops estava pedindo que evacuassem o local. Os estudantes gritavam

Código do documento: 1049601

que não iam sair; gritavam palavras de ordem para ninguém sair. Você estava lá, Regina? Não, né? Lembro-me do Magela, que era alto e magro, estar com a perna tremendo. Os estudantes gritavam que não iam sair. Não sei como, porque era alto, subi no palco e pedi que se acalmassem. Havia ali vários líderes estudantis. Lembro-me de muito tumulto, com o pessoal se movimentando, querendo sair. Aí, um estudante me sugeriu que transferíssemos o evento para o DCE Cultural. Não me lembro se com ou sem microfone, gritei que o evento estava transferido para o DCE Cultural e pedi que saíssem com calma. O líder estudantil pegou o microfone e deu as orientações: que ninguém saísse sozinho, que fossem em grupo de quatro ou cinco, que não haveria problema. Eram mais de mil pessoas, mas, aos poucos, o plenário foi sendo esvaziado. O Dops continuava lá, parado; o Magela também. O pessoal do movimento logo retirou a D. Helena e a Terezinha Zerbini - foram as primeiras a sair com segurança. Enfim, o espaço foi evacuado. O Magela ficou com o pessoal do Dops e pediu que alguém do Movimento pela Anistia ficasse também, porque, depois de evacuado o espaço, o Dops ia chamar a polícia técnica para desarmar a bomba, que, segundo eles, estava no banheiro. Eu disse ao Magela que poderia ficar com ele.

Algumas pessoas do movimento feminino se ofereceram para ficar comigo. Eu disse que não havia necessidade, que ficaríamos eu e Magela. O pessoal saiu e pelo que soube, posteriormente, a saída do grupo foi muito bonita. Eles foram a pé, em passeata, até o DCE Cultural, onde continuou o evento. Fiquei com o Magela e os

Código do documento: 1049601

três homens do Dops esperando a polícia técnica chegar. Depois de 30 minutos, eles chegaram, foram ao banheiro e de lá saíram com uma caixinha de sapato e com algo enroladinho dentro dela, que não sei dizer do que se trata. Disseram ser a bomba desarmada. Nós nos despedimos dos homens do Dops e da polícia técnica. Frente às últimas notícias, eu e Magela saímos para ir ao DCE Cultural. Quando saímos, verificamos que todos os carros que estavam estacionados em frente estavam pichados com a sigla GAC e CCC com um spray branco. Na verdade, não sei se é spray porque não fui eu quem pichou. Passávamos a mão e a tinta ainda estava fresca. Temos certeza de que o próprio Dops foi responsável pela pichação, enquanto acontecia o tumulto lá dentro.

O epílogo desse acontecimento foi que eu, Magela e outras pessoas que ficaram lá fomos para o DCE Cultural, onde houve continuidade do evento. Lá, estavam D. Helena e Terezinha Zerbini. Eu e o Magela fizemos um breve relato. Mesmo o DCE Cultural, estava repleto de estudantes. Até hoje, não tenho certeza se era para a bomba explodir mesmo ou se o intuito era apenas de amedrontar. Na mesma noite, como é sabido, explodiu, durante a madrugada, uma bomba, na porta da casa da D. Helena, em frente aos militares, e outra no DCE Administrativo, na rua Guajajaras. Anteriormente, como já disse, há um mês, havia uma bomba na Igreja São Francisco. Realmente, havia esse receio, na sequência de outros atentados em banca de revista.

Não me lembro da data, mas nós, do movimento feminino, entendemos que era necessária uma denúncia oficial. Não lembro  
Código do documento: 1049601

como foi resolvido, mas uma audiência com o governador foi marcada. A D. Helena foi como presidente, eu fui como vice-presidente. Tivemos uma audiência com o governador Aureliano Chaves. Não sei precisar a data. O Aureliano nos recebeu, a dona Helena nos apresentou como integrantes do Movimento Feminino pela Anistia. A D. Helena começou a falar com o governador, que estava nervoso, um tanto aflito. Ela disse que era do movimento e logo ele a cortou, questionando o que desejávamos, se queríamos que o pessoal voltasse e nos desse um tiro. Nós dissemos que fomos até lá por conta do acontecimento desses fatos. Ele disse que deveríamos dar o nome dos autores para que tomasse providências. Nós explicamos que, se tivéssemos certeza de quem era, não pediríamos a interferência dele. Ele disse que mandaria pesquisar. E ficou nisso até hoje. O Aureliano estava muito nervoso.

Eu disse que, em alguns casos, como esse, participei com minha presença e em outros indiretamente. Anos antes, por exemplo, houve o caso citado pelo prof. Jota Dângelo. Eu estava nesse teatro do Show Medicina, justamente na parte superior, quando houve o tumulto. Jogaram um ácido que atingiu uma moça. Isso foi em 1965, não é professor? Eu participei indiretamente desse ato. Outro, que não chegou a acontecer, foi quando, novamente, o movimento feminino programou um evento no Colégio Santo Agostinho. No ano seguinte, não sei precisar as datas, 1978 ou 1979, programamos um evento em que vários representantes fariam, familiares de presos políticos e de exilados. Estava marcado à noite, no Colégio Santo Agostinho. Cheguei da universidade, onde  
Código do documento: 1049601

trabalhava, estava em casa preparando-me para ir, quando o telefone tocou, era uma amiga que ia representar a família dos exilados. Na época, ela tinha contato com uma pessoa do Dops. Ela ligou, disse que não ia participar, porque o conhecido do Dops disse que havia uma bomba no Colégio Santo Agostinho. Ela disse que não iria e que eu deveria suspender o ato. Eu aleguei que estava em cima da hora, que não dava para suspender. Ela insistiu que deveria impedir, que era para eu colocar um aviso na porta, comunicando que o evento tinha sido suspenso. Eu disse que não faria isso, que iria com todo cuidado. Na minha casa, já havia pessoas para ir. Na época, eu morava no Maleta. Fomos. Já havia algumas pessoas no local. Lembro-me que a Mercedes estava na entrada. Entramos no local e o ato aconteceu normalmente. Havia um deputado na Mesa, não me lembro qual. Sorteamos uma peça de artesanato feita pelos presos de Linhares, e ele ganhou. Todos ficaram revoltados porque o deputado ganhou a bolsa. Posteriormente, com o Prof. Matta Machado, já citado, explodiu uma bomba nesse local. (- Manifestação fora do microfone.) Foi em setembro, esse episódio foi em abril. Explodiu no dia 11/7/1978. Lembro-me muito de que era o Prof. da Matta Machado. É, 11 de setembro é uma data fatídica.

**O presidente (deputado Durval Ângelo) - Chile, Estados Unidos.**

**A Sra. Ângela Maria Pezzuti -** No dia 11 de setembro, houve o golpe chileno. Infelizmente, para mim, para minha família, no dia 11 de setembro, por ironia do destino, aconteceu a morte do  
Código do documento: 1049601

Ângelo, meu sobrinho, em Paris. Depois, houve o episódio das torres e bem antes essa bomba que explodiu. Vivíamos atemorizados, mas não me lembro de sentir medo. Às vezes, damos alguma entrevista para pesquisadores de mestrado e doutorado sobre a época e sempre me perguntam se eu tinha medo. Eu não me lembro de sentir medo. Acho que não tínhamos tempo de sentir medo.

Há um caso pessoal meu, nos anos 1970, quando a barra era muito pesada. O pessoal foi preso em Linhares. Eu fazia visita aos meus sobrinhos lá e nessa época vigiavam muito a entrada e a saída de documentos da penitenciária, principalmente por causa do célebre documento que denunciava torturas, a Carta de Linhares. O original foi entregue ao Alfredo Buzaid, que era ministro da Justiça em Brasília. Foi traduzido em inglês, em espanhol, em todo o mundo. Então, começaram a ter mais rigidez em Linhares, o que amedrontava as famílias. Não era possível levar nada. Nessa ocasião, fui denunciada na auditoria da Justiça Militar e respondi a um processo. Incluíram-me em três artigos da Lei de Segurança Nacional e a soma das penas chegava a 28 anos de prisão. Eram atos terroristas contra as famílias, era para amedrontar, desde aquela época. Muitas mães, famílias, mesmo antes da anistia, tinham medo, porque havia familiares que poderiam ser atingidos, principalmente na época da anistia, quando chegavam do exílio. Nós visitávamos as famílias dos exilados, principalmente para conversar e preparar para a volta. Minha própria família tinha medo do retorno, de algo acontecer.

Agradeço a oportunidade. Lembro a importância desses depoimentos, pois são registros que ficam daquela época. Recordo-me de um pequeno verso de uma tribo indígena de Minas Gerais, citado no *Brasil, Nunca Mais*, que diz "O meu pai me contou; eu vou contar para o meu filho; quando ele morrer, ele conta para o filho dele. É assim, não se esquece." Muito obrigada.

**O presidente** - Obrigado, Ângela. Agradecemos. Estamos aqui para relatar, o que é muito importante, e, como disse a Bizoca, para cobrar justiça.

Com a palavra, Rodrigo Célio de Castro, que relatará os atentados sofridos por sua família, especialmente pelo ex-prefeito Célio de Castro.

**O Sr. Rodrigo Célio de Castro** - Na pessoa do Betinho, que fez esse convite maravilhoso, cumprimento os demais integrantes da Mesa. Serei breve, já está todo mundo cansado, mas há três fatos importantes a relatar. O primeiro foi da prisão do meu pai em Juiz de Fora. Quando a pessoa é humanista, solidária, consegue até perdoar a pessoa que a está julgando. Quando ele estava sendo julgado, em Juiz de Fora, o general que o julgava teve um mal súbito, talvez um enfarte, e ele saiu do banco dos réus e foi socorrê-lo, isto é, salvou a pessoa que possivelmente, iria torturá-lo. Quando a pessoa é ética, profissional e principalmente humana, supera qualquer tipo de adversidade. Isso mostra que, em todos os sentidos, a pessoa deve ser profissional e ética.



O segundo caso muito importante que devo citar é um atentado que o carro dele sofreu na porta da Utramig, quando fazia uma palestra. Quebraram a caravan dele inteirinha e escreveram Comando de Caça aos Comunistas - CCC. Furaram todos os pneus. Na época, como sempre, ele estava sem recursos e o pessoal realizou uma vaquinha para ajudar a recuperar o carro.

Era um médico de certa maneira renomado em Belo Horizonte. Naquela ocasião, isto é, nesse ato de solidariedade, uma determinada pessoa de quem não me lembro muito bem o nome fez uma comparação interessantíssima e relacionou a sigla CCC com a frase Coragem, Célio de Castro, incentivando que ele continuasse a lutar, independentemente da questão da tortura. Outra coisa que aconteceu também foi o excesso de ligações telefônicas, trotes, cartas, perseguições e ameaças, um verdadeiro terror.

Finalizando, o fato mais aterrorizante talvez tenha sido aquela bomba jogada na casa. Ele havia chegado à casa da Rua Catete - eu sempre ficava observando a hora em que ele chegava, pois tinha receio de que acontecesse alguma coisa - e, logo que entrou, vi a porta fechando e ouvi um barulho de freada de carro. Posteriormente, 5 minutos depois houve uma explosão terrível. O carro chegou até a andar de lado; todos os vidros da casa quebraram; o portão da garagem do fundo também estourou. Tenho fotos que demonstram isso. A perícia constatou que essa destruição se deveu a uma dinamite. Meia hora após a explosão, parou na rua e na porta da casa o que chamamos de brucutu, um caminhão bem grande da polícia do Dops. Na época, ele já era deputado federal e disse  
Código do documento: 1049601

que até tolerava bombas, mas um carro como esse para lhe espionar durante 24 horas já era demais. Em seguida, pediu para retirarem o carro dali. Nessa ocasião, pudemos sentir o que é solidariedade: várias pessoas se postaram na porta da nossa casa e fizeram vigília a noite toda.

Foi um momento muito bacana, mas a lembrança das coisas passam, por isso é importante ter sempre essa memória guardada, para que esse tipo de coisa não volte a acontecer. Não queremos simplesmente punir por punir; apenas mostrar às pessoas que esse é um caminho errado e sem volta. A memória tem de ficar muito bem-resguardada e fresca na cabeça de cada um.

Por fim, Betinho, deputado Durval Ângelo e todos os demais integrantes da Mesa, agradeço-lhes muito a oportunidade e me coloco totalmente à disposição para lutarmos para que isso nunca mais aconteça. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Obrigado. Com a palavra, o companheiro Márcio Santiago, presidente da Comissão da Verdade da OAB-MG.

**O Sr. Márcio Augusto Santiago** - Bom dia a todos. Cheguei atrasado, mas é muito importante relembrar esses atentados terroristas e sempre denominar seus atores. A minha preocupação é aprofundar essa discussão. Precisamos saber como funcionava a polícia e descobrir se ela continua funcionando do mesmo jeito. A coisa mais importante em relação ao CCC e ao MAC é saber quem os financiava, e um passo importante seria realmente desmontar o que está por trás. Duvido que tenha sido dinheiro público. Naquela  
Código do documento: 1049601

época, havia multinacional e bancos. O próximo passo talvez seja desmontar, isto é, conhecer como estava estruturada a polícia e saber quem financiou a ditadura. Em suma, esse seria o próximo passo a ser dado pelas comissões da verdade. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente** - Isso é importante.

Passo a palavra ao presidente da comissão estadual da verdade, Antônio Ribeiro Romanelli, para as suas considerações.

**O Sr. Antônio Ribeiro Romanelli** - Boa tarde a todos e muito obrigado, deputado Durval Ângelo, pela sua deferência de me convidar e conceder a palavra.

Neste momento, estou aprendendo muito e pouco tenho a dizer porque, infelizmente, por questões que no momento não me cabe fazer alusão, a Comissão da Verdade de Minas Gerais não tem muito o que relatar. Entretanto, posso dizer que estamos tentando fazer o máximo para conseguir esse desiderato, e a finalidade dessa comissão é subsidiar a Comissão Nacional da Verdade com os elementos colhidos em Minas Gerais, que, conforme ressaltado, talvez tenha sido a capital da tortura.

Deputado Durval Ângelo, no momento em que ocorreram quase todos esses fatos relatados aqui e também na Comissão Nacional da Verdade, eu ainda estava no Chile, como exilado, e só voltei em 1970, na época do grande torturador, que foi o chefe da tortura brasileira, o Sr. Médici. Assim sendo, gostaria apenas de afirmar que estou acompanhando com muito interesse e curiosidade todos esses fatos que estão vindo à tona. Parece que iniciamos uma

Código do documento: 1049601

caminhada incoercível - tão incoercível que as coisas estão aflorando sem que ninguém possa impedir. Os casos que estão surgindo, como os do Riocentro, e as provas que agora vêm à tona nos dão esperança de que todas as tentativas de fechar a boca do povo brasileiro serão infrutíferas. Vamos adiante!

Gostaria apenas de dar uma notícia no tocante à nossa comissão. Do ponto de vista da tortura e da violência sofrida pelos trabalhadores do campo, existe uma situação um pouco difícil de contornar, porque as pessoas alegam que o problema da terra antecede e sucede a ditadura. Ou seja, dizem que sempre houve esse problema de luta pela terra e que a ditadura pouco influiu nisso, mas discordo inteiramente dessa tese, embora não se possa esquecer que a questão da terra em São Paulo sofreu influências sérias, por exemplo do Pontal do Parapanema, em que o Sr. Adhemar de Barros, como governador, ajudou muito. Também não podemos nos esquecer da terra do Triângulo, dos cafeicultores do Triângulo.

Apenas para terminar, digo que já temos uma atividade marcada para o próximo dia 3 de junho, junto à universidade de Uberlândia e possivelmente à edilidade de Uberaba, para ir até o local colher os fatos ocorridos e - quem sabe - ainda poder levá-los à comissão da verdade. Realmente como hóspede que fui do Dops, no primeiro hotel em que fui hóspede do Estado, na Av. Afonso Pena, só assisti a dois episódios de violência física, ambos comandados por um chinês, cujo nome já foi citado aqui. Ele se chamava (- Inaudível) e contava com a ajuda de um investigador ou de um agente forte e que lutava judô, que recebeu ordem para

Código do documento: 1049601

massacrar um preso de nome Antônio Olandino, que era do Partido Comunista, preso que não aceitava as violências. Não me lembro do nome desse agressor que posteriormente se formou em advocacia. A verdade é que lhe mandaram arrebentar o cara. Lá na cela, a única coisa que o Olandino fez foi se encostar na parede quando iria receber o murro. Mas o agressor acertou o murro na parede, quebrou o braço e até foi considerado herói, porque aquilo era acidente de trabalho, sendo inclusive promovido por causa disso.

Muito obrigado a todos vocês pela oportunidade. A comissão da verdade está procurando fazer alguma coisa. (- Intervenção fora do microfone.) Sim, o nome dele é Frederico, do Dops. Ele chegou a se formar em advocacia e chegou a militar como advogado.

**O presidente** - A OAB precisa cassar essa OAB. (- Risos.)

**O Sr. Antônio Ribeiro Romanelli** - Muito obrigado e um bom-dia para vocês.

**O presidente** - Obrigado. Antes de passar a palavra ao representante da Comissão Nacional da Verdade, o Betinho fará o registro de nomes de suspeitos desses atentados em Belo Horizonte.

**O Sr. Betinho Duarte** - Serei o mais rápido possível. Farei apenas uma síntese, até porque o deputado Durval Ângelo fará outra reunião para ouvir os barraqueiros do Mineirão. Aliás, vocês vieram aqui para isso. Foi bom terem vindo porque não queremos esse passado nunca mais. É bom que vocês estejam aqui para ouvir tudo isso, que acontece no nosso cotidiano. Farei uma síntese, deputado Durval Ângelo.

Mais uma vez, deputado Durval Ângelo, quero agradecer-lhe porque sou coordenador de três grupos. Coordenei a reunião dos grupos Papel das Igrejas e Massacre dos Índios, para os quais já fizemos audiências cujas notas taquigráficas já foram enviadas à Comissão Nacional da Verdade. Agora estou aqui para tratar desse problema. Farei uma síntese de tudo, porque, quando a Bizoca chegou, disse que não se sentaria à Mesa caso houvesse algum policial. Mas a questão não é essa: aqui estamos para ouvir as vítimas. Farei uma relação de 40 nomes de vítimas e policiais. Na verdade, eles não foram convocados porque não temos o endereço deles, mas seria interessante a Assembleia Legislativa conseguir localizá-los. Então vou falar o nome de vítimas e de suspeitos; são mais de 40 nomes.

O primeiro nome que gostaria de falar e que já foi dito aqui é o nome do Sr. José Maria de Paula, o José Maria Cachimbinho. Deputado Durval Ângelo, se o localizarem, V. Exa. poderá chamá-lo aqui, até porque o nome dele consta na relação de torturadores e de atentados terroristas. Em relação ao Ediraldo Brandão...(- É interrompido.)

**O presidente** - Se você for comentar cada um dos 40 nomes, não vai dar para o pessoal do Mineirão falar.

**O Sr. Betinho Duarte** - Não. Então vou ler rapidamente os nomes. A Comissão Nacional da Verdade é do período de 1946 a 1988, mas pretendeu continuar com o tema atentados terroristas em Belo Horizonte, Minas Gerais. Quem está dizendo que essas pessoas são terroristas não sou eu nem a Bizoca; quem disse que o Grupo Reação

Código do documento: 1049601

é composto por terroristas foi o secretário de Segurança Pública, o Dr. Santos Moreira, numa entrevista ao *Estado de Minas* do dia 15/03/1975. Aliás, deputado Durval Ângelo, na capa do *Estado de Minas* está escrito: "Policiais terroristas serviram à ditadura militar". Então é por isso que digo que precisamos continuar investigando, porque esses policiais continuam aí e estão vivos.

**O presidente** - Perfeito, Betinho.

**O Sr. Betinho Duarte** - A lista contém os seguintes nomes: José Maria Cachimbinho; Ediraldo Brandão; Geraldo Alcides Guimarães, cujo apelido é Ganso; Jaime da Cruz Melo; Valério Schettino Valente; Antônio Carlos Ribeiro, cujo nome já mencionei; Lauro José Bracarense, advogado de renome que já foi procurador-geral do Estado; Afonso de Araújo Paulino; João Reis, chefe do ex-Deoesp; e, nesse caso do atentado terrorista no Show Medicina, o primeiro ocorrido em Belo Horizonte, surgiu o nome de um advogado muito conhecido, Jacob Máximo. Ele aparece nos jornais como possível suspeito.

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Está sempre nas colunas sociais de Belo Horizonte.

**O Sr. Betinho Duarte** - Podemos convocar novamente testemunhas e vítimas, desde que encontremos essas pessoas. No cine Nazaré, quando lá explodiu uma bomba, Gustavo Gomes de Oliveira, Felisberto Egg de Resende, coronel reformado da Polícia Militar -, tenho seu endereço - e o Dr. Obregon Gonçalves, que hoje não pôde vir, mas foi uma vítima... Já falamos sobre o Colégio Santo Antônio, a Igreja São Francisco das Chagas, o Código do documento: 1049601

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária**  
**da 17ª Legislatura**

**21/5/2014 - 9 horas**

Pág. 72

Colégio Santo Agostinho, a Igreja São José, o Centro Cultural Operário, a Fundação Centro de Estudos do Trabalho, o Grupo de Estudos e Trabalho em Educação, o Jornal dos Bairros, a Pastoral Operária, o Sind-UTE e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. O jornal *Estado de Minas* sofreu um atentado, quando ainda ficava na Rua Goiás, assim como a OAB. A vítima do atentado terrorista do Show Medicina chama-se Maria Terezinha Barros Vieira e é casada com o Tacão, irmão do D. Serafim. Eles moravam nos Estados Unidos, mas parece-me que voltaram para o Brasil.

Continuando: o DA de Medicina, o Centro Cultural do DCE da UFMG, a Fafich, a Faculdade de Direito da UFMG, o DA Face-UFMG, a sede administrativa do DCE-UFMG e o DA-ICEX. Os futuros convidados, acrescentando mais pessoas nessa relação: Dr. João Batista de Azevedo Marques, ex-conselheiro da OAB-MG; Alberto Carlos de Minas, perito criminal em 1995; Dr. José Maria Borges, ex-secretário de Saúde de Belo Horizonte; Antônio Lara Resende, e Agílio Monteiro Filho. São esses os nomes, Durval. Se pudermos convocar uma nova reunião será muito bom. Se conseguirmos os endereços dessas pessoas seria muito importante.

Mais uma vez, parabéns e muito obrigado. Essa contribuição é histórica para o resgate da memória, da verdade e da justiça. Se convocarem esses possíveis suspeitos, vamos levá-los às barras da Justiça. Faremos uma representação ao Ministério Público Federal para apurar os fatos, e, em caso positivo, espero que eles sejam condenados, porque tortura e atentado terrorista é

Código do documento: 1049601



crime de lesa-humanidade, imprescritível e inafiançável. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente** - Obrigado. Passamos a palavra ao Sr. Marcio Kameoka, gerente para relações institucionais da Comissão Nacional da Verdade.

**O Sr. Marcio Kameoka** - Boa tarde a todas e a todos. Saúdo o Romanelli, que se encontra do meu lado; o deputado Durval; o Betinho, que está sempre nas nossas audiências, trazendo sua contribuição, e não nos deixaria em paz se aqui não estivéssemos presentes. Mas é com muito gosto que recebemos essas contribuições... (- É interrompido.)

**O presidente** - Você está vendo o que eu sofro, não é?

**O Sr. Marcio Kameoka** - Pois é. Temos isso em comum, deputado. (- Risos.) Mas é com muito gosto que recebemos as contribuições. Reconhecemos as limitações que a CNV possui. Essa parceria, essa complementaridade entre comissões estaduais, municipais e fóruns da sociedade civil, que nos cobram o tempo todo. Eles têm razão ao dizer que a CNV não é o fim do processo, assim como não foi o começo. Haverá muita coisa depois.

Apenas gostaria de falar sobre a importância das comissões parceiras ao trazer essas informações que a CNV nem sempre tem condições de captar por si só. É importante resgatar essas histórias de luta de gente que ainda está aqui e de alguns que já nos deixaram. Tudo isso deve fazer parte do relatório da CNV. Esperamos continuar colaborando. Aqui estou acompanhado da Amanda, que trabalha no GT de Mortos e Desaparecidos e nos ajudou  
Código do documento: 1049601

no relatório, no qual mencionamos que os atentados ao Riocentro e à OAB, no Rio de Janeiro, fazem parte de um contexto. Mencionamos o imenso número de ataques, especificamente em Belo Horizonte. E a CNV ainda tem uma caminhada a cumprir para entregar seu relatório, que será um passo na luta por memória, verdade e justiça. Ainda virão outros e esperamos que, até o fim do nosso mandato, possamos dar a melhor contribuição possível. Para isso, queremos a colaboração de todos os parceiros. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente** - Agradeço. Com a palavra, Amanda Oliveira dos Reis.

**A Sra. Amanda Oliveira dos Reis** - Boa tarde a todos. Serei breve. Gostaria de retomar o que aqui já foi dito. Fiz parte da equipe de pesquisa que deu subsídios para a audiência que tratou do Riocentro, ocorrida há menos de um mês, no Rio de Janeiro.

Não conseguimos esgotar o assunto relativo aos atentados a bomba ocorridos no período, que foram muitos. Mas tivemos a preocupação de mostrar que não foram casos isolados nem o do Riocentro e muito menos o da OAB, que fizeram parte de um contexto de atentados com bombas ocorridos em todo o País. Uma reunião como esta é muito importante para lembrar que se trata de um contexto de ataques com bombas e não um episódio isolado. Obrigada. (- Palmas.)

**O presidente** - Eu é que agradeço. Vamos encaminhar as notas taquigráficas desta reunião à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão Estadual da Verdade, assim como à Comissão da Verdade  
Código do documento: 1049601

da OAB, para registro histórico e para tomada de providências. Também encaminharemos essas notas ao Instituto Helena Greco. Durante muito tempo, o Instituto Helena Greco era o único que possuía a cópia do trabalho da arquidiocese de Belo Horizonte e sobre o movimento Tortura Nunca Mais.

Há a proposta do Betinho solicitando uma nova audiência. Se conseguirmos levantar os endereços, poderemos realizá-la, mas num dia extra, porque cada mês já tem um tema definido para debate no ciclo de debates 50 anos da Ditadura. É importante que mantenhamos os temas já definidos e discutamos a questão.

Darei liberdade aos presentes para que desfaçam a Mesa, agradecendo a participação de todos. Passarei à parte do pinga-fogo, momento em que qualquer cidadão do povo pode trazer a sua denúncia, o seu problema. Essa é uma dinâmica interessante que criamos e que tem sido um ponto de expressão muito significativo na luta pelos direitos humanos em Minas Gerais. Nós funcionamos como ouvidoria dos direitos humanos. Com a palavra, Ernani Francisco Pereira, membro da Associação dos Barraqueiros do Mineirão.

**O Sr. Ernani Francisco Pereira** - Boa tarde a todos. Na pessoa do deputado Durval Ângelo, cumprimento os componentes da Mesa, que ora se desfaz. Foi importante ouvirmos o assunto para entendermos um pouco a repressão durante a ditadura militar.

O que temos a denunciar é a violação dos direitos dos trabalhadores que se encontram há anos no entorno do Mineirão.

Vários barraqueiros estão aqui presentes, outros não puderam vir  
Código do documento: 1049601

e encontram-se no entorno do Mineirão desde 1965. Como foi tratado, em audiência pública, pelo partido... (- É interrompido.)

**O presidente** - A prefeitura assumiu o compromisso de que vocês voltariam para o Mineirão; estava tudo resolvido e foi aqui acertada a situação, inclusive com a presença do governo do Estado e do Ministério Público.

**O Sr. Ernani Francisco Pereira** - Justamente. E isso não foi cumprido. Passamos pela Câmara Municipal no dia 23/6/2010; no dia 14 de julho, pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa, onde foi aprovado um requerimento para que se criasse uma comissão para tratar do assunto referente aos barraqueiros do Mineirão. Posteriormente, houve uma audiência pública com o Ministério Público Federal, com a participação de movimentos populares, como o Copac, que vem nos apoiando. Após as manifestações de junho, houve uma reunião no Palácio da Liberdade, que originou um documento, assinado pelo governador Antonio Anastasia, segundo o qual a primeira providência a ser tomada, no tocante aos 15 delegados que compareceram àquele local na tarde do dia 9 julho, era a solução do problema dos barraqueiros do Mineirão e da Feira do Mineirinho. Quanto à Feira do Mineirinho, todas as pessoas já voltaram ao trabalho, o que - é claro - deveria acontecer, pois a feira é muito importante. E os barraqueiros do Mineirão, que são mais pobres que os trabalhadores da feira?

Após as reuniões realizadas com o Anastasia, várias reuniões foram feitas na Cidade Administrativa, e a assessoria do Código do documento: 1049601

governo, a prefeitura, as promotorias de Direitos Humanos e do Ministério Público do Estado comprometeram-se a resolver a situação. Posteriormente, houve reuniões fechadas com o governo do Estado, com a Prefeitura de Belo Horizonte, com a Promotoria do Patrimônio do Ministério Público do Estado, com a Promotoria de Direitos Humanos e com a Promotoria de Meio Ambiente. Ficou acertado que os 96 barraqueiros - na verdade, somos 150 - que lá compareceram para assumir esses postos de trabalho ocupariam a Avenida das Palmeiras. Isso significa que os barraqueiros abriram mão de estar lá dentro do estádio, embora façam parte da história do Mineirão e tenham um vínculo expressivo com as torcidas, já que lá se encontram desde 1965. Foi determinado que eles voltariam, o que foi resolvido após um semestre de reuniões.

Deputado, nós procuramos o senhor porque vimos a sua competência e a da Comissão de Direitos Humanos, que muito tem feito na questão da segurança pública. Observamos que, em alguns casos em que o Executivo falha, a comissão corre atrás e resolve as questões, além de dar voz ao cidadão que não dispõe de outro local para reclamar.

**O presidente** - Ernani, poderíamos aqui fazer uma audiência pública com a presença da prefeitura e do governo do Estado. Vocês trariam a documentação, inclusive a que está assinada pelo governador, mostrando seu compromisso em relação ao fato. E, nessa audiência pública, discutiríamos a questão. Trocando em miúdos, o problema já é conhecido e precisa de solução. E a melhor forma para solucionar o impasse é realizar uma

Código do documento: 1049601

audiência pública para discutir a questão. Você poderia dizer quais foram os representantes do Ministério Público que participaram de reuniões para que possamos convidá-los para essa audiência. (- Intervenção fora do microfone.) Tudo bem, então marcaremos uma audiência pública para discutirmos isso.

**O Sr. Ernani Francisco Pereira** - Inclusive isso já se encontra na instância federal; temos também um documento assinado pelo gabinete da Presidência da República.

**O presidente** - Convidaremos todas as pessoas envolvidas nesse assunto, companheiro.

**O Sr. Ernani Francisco Pereira** - Obrigado. Portanto, não há necessidade de estender minhas palavras.

**O presidente** - Como não pode ser na quarta-feira, solicito que seja marcado um dia extra para a realização dessa reunião, O.K.?

**O Sr. Ernani Francisco Pereira** - Muito obrigado pela atenção. (- Palmas.)

**O presidente** - Realizaremos uma reunião extraordinária porque, até o final de julho, todas as quartas-feiras estão ocupadas. Com a palavra, Amanda Medeiros, pesquisadora da UFMG e membro do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa - Copac.

**A Sra. Amanda Medeiros** - A proposta era justamente essa, ou seja, trazer, em caráter de denúncia, a violação do Estado no que tange ao direito fundamental ao trabalho desses cidadãos. Já que o assunto foi encaminhado, sinto-me contemplada. A proposta era justamente que fosse encaminhada essa audiência pública.

**O presidente** - Temos condições de marcar a audiência em duas ou três semanas, já que realizaremos uma reunião extraordinária para discutir a situação. Vocês têm de trazer toda a documentação, todos os registros que possuem para explorar as contradições no que se refere aos compromissos assumidos pelas autoridades com vocês.

**A Sra. Amanda Medeiros** - Já indicamos as pessoas que poderiam compor a Mesa. Apenas quero aqui deixar o registro da pertinência do assunto, que envolve um triste cenário de repressão, em que, lamentavelmente, o passado encontra-se com o presente. Neste momento de Copa do Mundo, ocorre o absurdo de manifestantes ou militantes políticos serem perseguidos e julgados, tendo como justificativa a Lei de Segurança Nacional, que não foi recepcionada pela nossa Constituição. Isso está acontecendo no Rio e em São Paulo, portanto quero deixar registrado esse fato. (- Palmas.)

**O presidente (deputado Durval Ângelo)** - Aproveito para fazer um registro. Estive na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, representando esta Casa. Como compunha a Mesa, fiz uso da palavra para falar sobre a questão das violações dos direitos humanos no setor da mineração, especialmente por parte da Companhia Vale do Rio Doce, da Ferrous e da Anglo American. Na abertura da reunião, a presidenta da comissão, senadora Ana Rita, do Espírito Santo, fez um protesto público contra a votação do projeto de lei que tramita no Senado Federal e que criminaliza e

agrava a pena de participantes de manifestações que depredarem e praticarem qualquer abuso.

No fundo, se hoje já há uma legislação que prevê punição para quem depreda ou viola em uma manifestação pública, ou não, o patrimônio público, e discutimos aqui atentados contra a vida e patrimônio de militantes da esquerda... Enfim, a partir do momento em que se faz um projeto de lei para agravar a pena, o que se está fazendo? Está-se criminalizando a manifestação popular. Isso é evidente, ou a lei existente não vale? Isso é um absurdo. Enquanto isso há uma PEC do trabalho escravo que o setor ruralista não permite que seja votada no Congresso Nacional, no Senado Federal. Ela não é votada. Nesse sentido, a senadora fez um protesto veemente. Assinamos também um manifesto contra a votação desse projeto de lei que agrava a pena de manifestantes. Na realidade, essa é uma forma indireta de inibir e criminalizar qualquer manifestação. Isso foi bem lembrado. Fica também registrada a nossa posição. Já realizamos até um debate sobre essa questão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece o comparecimento de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.